

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO



ANO FINANCEIRO  
2014



**peniche**  
CAPITAL DA ONDA | THE WAVE CAPITAL

## Índice

Enquadramento .....	1
Metodologia .....	4
Orientações estratégicas .....	5
Plano de Ajustamento Financeiro .....	5
Gestão autárquica.....	16
Organização dos serviços municipais.....	16
Recursos humanos .....	16
Ordenamento do território e urbanismo.....	18
Gestão urbanística .....	19
Conclusão .....	20
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional .....	20
Descentralização e relação com as Freguesias .....	22
Turismo .....	22
Política cultural .....	25
Rendas de Bilros .....	26
Estratégia Municipal de Revitalização e Valorização da Renda de Bilros de Peniche.....	26
Educação.....	29
Construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia.....	29
Intervenções no Parque Escolar.....	30
Transportes escolares .....	31
Conselho Municipal de Educação .....	31
Regime de Fruta Escolar.....	32
Bolsa de Estudo.....	32
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).....	33
Ação Social Escolar .....	33
Desporto .....	34
Parque de Campismo Municipal e Piscinas Municipais .....	36
Parque de Campismo Municipal .....	36
Piscinas Municipais .....	36
Política ambiental .....	37
Pinhal Municipal .....	37
Mercados .....	37
Trânsito .....	38
Obras municipais .....	39
Fórum Multiusos de Serra d’El-Rei .....	39
Recuperação do Edifício António da Conceição Bento.....	40
Cemitérios.....	41
Alargamento do Cemitério da vila de Ferrel .....	41
Entrada em funcionamento da nova Casa Mortuária.....	41
Cultura de segurança, Cidadania e Proteção civil.....	41
Estruturação:.....	41
Informação pública: .....	43
Gabinete Técnico Florestal.....	43
Política Social e Coesão Sócio Territorial .....	43
Ação Social .....	44
Política Social de Habitação .....	47
Apoio ao arrendamento Jovem.....	47
Saúde.....	48
Política Municipal para a Juventude .....	48
Política Municipal para o Associativismo .....	49
Estratégia municipal para o mar ...Peniche, sempre o mar... ..	49

## | Enquadramento

---

As Grandes Opções do Plano – GOP e a proposta de Orçamento são elaboradas pela Câmara Municipal e submetidas à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos previsionais, GOP e proposta de Orçamento, regem-se pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro, no que respeita aos princípios orçamentais e contabilísticos e regras previsionais, respetivamente, pontos 3.1, 3.2 e 3.3.

A estrutura adotada assenta na descrição das principais linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia para 2014, e inclui designadamente, o Plano Plurianual de Investimento – PPI e as Atividades Mais Relevantes – AMR.

O PPI destaca todos os projetos e ações que implicam despesa orçamental a realizar por despesas de investimento, a desenvolver no âmbito dos objetos definidos pelo Executivo para o Município, num período temporal de 4 anos, bem como o ajustamento das execuções anteriores. Este plano, é construído tendo em especial atenção a atual conjuntura económico-social do nosso País e, particularmente, as suas repercussões nas diferentes áreas de intervenção das autarquias locais.

As AMR explanam, toda a despesa com a atividade do Município, a realizar em 2014, de natureza corrente, serviço da dívida, subsídios e transferências e ainda alguns investimentos em bens que, não sendo propriedade do Município, configuram por via da celebração de protocolos, um apoio a essas entidades.

A proposta de Orçamento está elaborada de acordo com a classificação económica das receitas e das despesas públicas aprovada pelo Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Se, durante o anterior mandato autárquico a Câmara Municipal de Peniche foi vítima da maior redução de sempre das transferências de verbas provenientes do Orçamento do Estado, e que significou um valor total superior a 2 milhões de euros no período que medeia entre 2010 e 2013, a Lei do Orçamento de Estado para 2014 prossegue nessa linha de diminuição das receitas dos municípios, o que para Peniche, significa mais um corte relevante nas suas receitas.

Nunca será de mais evidenciar que foi em 2012 que entrou em vigor a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, bem como a sua respetiva regulamentação.

Esta lei veio estabelecer todas as regras que determinam a gestão rigorosa de todos os compromissos assumidos e a assumir pelo município, o que aponta para uma necessidade de assegurar o maior ajustamento possível entre a exigibilidade do pagamento dos compromissos

e o Orçamento. É por este motivo que a taxa de execução do Orçamento de 2013 vai ser a mais elevada dos orçamentos dos últimos 20 anos. ,

Espera-se que para 2014 a taxa de execução orçamental seja ainda mais elevada. No entanto é importante salientar que vão continuar a existir riscos de não execução associados a incertezas na definição das fontes de financiamento e também ao nível da cobrança de determinadas receitas que o Município não controla e que, dada a conjuntura atual, dependem muito mais de fatores externos do que internos ao Município.

Relembra-se também que, para criar condições de estabilidade de situação financeira, o Município de Peniche candidatou-se ao PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, criado pela lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, e regulamentado pela portaria n.º 281/2012, de 28 de agosto. Esta candidatura resultou na contração de um empréstimo com um valor inicial de valor de 3.321.703€, mas que por via das regras inerentes ao programa, se consubstanciou num empréstimo no valor de 3.202.576,21 e que nos permitiu em 2013 efetuar o pagamento da dívida de curto prazo, classificada de pagamentos em atraso, ficando para 2014 apenas a faturação em dívida aos SMAS que será paga com a libertação da segunda tranche do empréstimo que deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2014.

Com este programa, foi possível consolidar a dívida e conseqüentemente, caminhar para um Orçamento ajustado à capacidade do Município em gerar receita, com uma previsão de despesa mais adequada à realidade, obrigando a escolhas e opções.

Com a nova lei dos compromissos, a despesa fica condicionada à previsão da receita e obriga o Município a fazer uma gestão de base trimestral, em função do cumprimento de um conjunto de indicadores que passam a determinar a capacidade de atuação do Município nos seus diversos domínios de intervenção.

A gestão dos recursos, com base nos três meses seguintes, afigura-se, atualmente, como uma preocupação e uma obrigação para a gestão do Município. Considerando que grande parte da despesa é de natureza corrente, certa e permanente, e que uma das receitas anuais mais significativas é cobrada apenas em três períodos do ano, poderemos ser forçados à negociação das datas de pagamento de determinados compromissos assumidos, transferindo-os para períodos de arrecadação dessas receitas.

Um outro pressuposto da LCPA é o de manifestar uma permanente garantia em não aumentar em nenhum momento os pagamentos em atraso. O cumprimento deste objetivo ao longo de todo o ano de 2013 exigiu um controlo muito intenso e apertado e uma gestão de tesouraria muito minuciosa e significativa.

O Plano de Ajustamento Financeiro, adiante designado por PAF, aprovado em conjunção com o PAEL, assentou num conjunto de medidas, quer de aumento da receita, quer de racionalização da despesa, que, face a algumas decisões do Município e limitações / imposições dos Orçamentos do Estado para 2013 e para 2014, ficaram aquém das expectativas criadas, obrigando a um ainda maior acompanhamento e controlo da atividade financeira capaz de ajustar as necessidades às mais escassas disponibilidades.

Com todo este enquadramento jurídico e financeiro, o ano 2014 vai ser um ano muito exigente que deverá determinar um cumprimento dos objetivos traçados nos documentos previsionais de forma rigorosa e capaz de gerar liquidez suficiente para canalizar para investimento e para a concretização dos projetos identificados no orçamento da Câmara Municipal de Peniche para 2014.

## | Metodologia

---

A construção dos documentos previsionais para 2014 contou com a colaboração de todas as unidades orgânicas desta autarquia, embora condicionados à partida pelo Plano de Ajustamento Financeiro.

As orientações estratégicas para 2014 assentam principalmente na resposta às atribuições e competências da autarquia, previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Toda a estrutura dos documentos previsionais obedece ao estabelecido no POCAL, permitindo, de forma simples, a identificação das dotações orçamentais, das fontes de financiamento, da unidade orgânica responsável pela execução, do prazo de execução e da fase em que se encontra o projeto.

A proposta de Orçamento, nomeadamente o PPI e AMR, é ordenada de acordo com a classificação funcional do POCAL. Quanto à proposta de Orçamento, para além do quadro-resumo inicial e da discriminação das despesas e receitas são ainda apresentados mapas auxiliares que decompõem as receitas e as despesas para uma melhor compreensão de alguns montantes inscritos em diversas rubricas.

As GOP para 2014 são constituídas, pela presente parte introdutória, pelas orientações estratégicas, pelo resumo do PPI e AMR e pela proposta do Orçamento.

Este ano, pela segunda vez, o Orçamento da Despesa, com exceção da dívida a pagar de compromissos de anos anteriores, vai ser integralmente lançado num plano plurianual (PPI e AMR). Pretende-se com isto, ter um documento onde se evidencie a despesa a realizar no ano, mas conferir-lhe igualmente um horizonte temporal a 4 anos. Pretende-se também dar suporte à autorização prévia que a Assembleia Municipal vier a dar à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais desde já identificados e cuja despesa a imputar em cada ano ficará desde já prevista.

## | Orientações estratégicas

---

Orçamento para 2014 apresenta-se como um Orçamento realista e ajustado à realidade.

É certo que a atuação do Município fica muito condicionada, mas é certo também, que este novo enquadramento obriga-nos a ponderar muito bem as escolhas e a decidir de forma consciente sobre a canalização das verbas disponíveis.

Por outro lado, a necessidade de gerar capacidade de investimento incute-nos uma preocupação constante no controlo efetivo da despesa, com a implementação de medidas de racionalização da despesa e na cobrança de receita devida pela prestação de serviços.

Nesta linha, passou também a estar presente no nosso dia-a-dia, uma lógica de recuperação dos custos e a criação de condições de investimento sob pena do Município ter de abandonar as suas responsabilidades enquanto autarquia em determinadas frentes, em prejuízo das condições de vida dos Municípios do nosso Concelho.

Assim, considera-se que este Orçamento é um Orçamento muito realista quer do lado da receita, quer do lado da despesa, cujo risco associado à sua execução é muito reduzido, ficando a mesma condicionada por fatores externos ao Município, os quais poderão vir a determinar um ajustamento aos documentos agora apresentados.

Esta realidade deve-se também a uma gestão financeira muito rigorosa que permitiu chegar ao final de 2013 sem pagamentos em atraso, à exceção do valor a pagar aos Serviços Municipalizados com a libertação da segunda tranche do PAEL.

No entanto, é legítimo que se assuma que esta realidade está diretamente relacionada com a Lei dos Compromissos, que, embora de difícil implementação e acompanhado de uma carga burocrática e técnica de alguma complexidade, permitiu, com uma postura responsável e dedicada equilibrar as contas do Município e cumprir os objetivos a que nos propusemos em sede de Plano de Ajustamento financeiro.

### **Plano de Ajustamento Financeiro**

Em 2012, O Município de Peniche candidatou-se ao Programa de Apoio à Economia Local, consubstanciado na contração de um empréstimo para pagamento de dívidas, consideradas em atraso e, na construção de um Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) capaz de equilibrar a situação financeira do mesmo.

Este plano pressupõe a implementação de um conjunto de medidas que visem a redução da despesa e a capacidade de gerar receita ajustada às necessidades de funcionamento e investimento para prossecução das atribuições do Município.

Nesta fase, passado que foi um ano do Plano de Ajustamento Financeiro, e em jeito de balanço, é importante fazer uma reflexão sobre o seu desempenho.

No quadro seguinte estão identificadas as medidas do PAF que acompanharam a candidatura do Município de Peniche ao PAEL.

	Descrição da medida conforme o Plano	Impacto previsto para 2013	Observações
<b>1</b>	Reapreciação do tarifário de Resíduos Sólidos Urbanos	0	Referenciado pelo facto de constituir o principal tarifário do Município de Peniche
<b>2</b>	Criação de Zona para Autocaravanas no Parque de Campismo de Peniche	46.500	
<b>3</b>	Parques de estacionamento	44.888	
<b>4</b>	Publicidade e Ocupação de Via Pública	Não mensurado	Valores cujos impactos serão incorporados no Plano de Ajustamento Financeiro, em sede da sua avaliação e de seu ajustamento
<b>5</b>	Recuperação das dívidas de terceiros	Não mensurado	
<b>6</b>	Lançamento de uma derrama de 1,0%	170.000	
<b>7</b>	Processo de reavaliação de imóveis em curso conforme memorando de entendimento	396.815	
<b>8</b>	Atuação em outras receitas, provenientes da venda de bens, prestação de serviços e rendimentos de propriedade.	Não mensurado	Valores cujos impactos serão incorporados no Plano de Ajustamento Financeiro, em sede da sua avaliação e de seu ajustamento
<b>9</b>	Despesas com Pessoal	785.501	Redução face a 2011
<b>10</b>	Atuação do lado da despesa	Não mensurado	Valores cujos impactos serão incorporados no Plano de Ajustamento Financeiro, em sede da sua avaliação e de seu ajustamento

No que diz respeito ao valor do empréstimo, e tendo em conta o valor inicialmente previsto, houve desde logo a necessidade de efetuar uma adenda ao contrato inicial, uma vez que a candidatura assentava num financiamento no valor de 3.321.721 euros, e acabou por ser contratado um valor de 3.202.578 euros. Esta alteração resultou de uma interpretação do Tribunal de Contas, em sede de visto do contrato, sobre a elegibilidade de faturas sem data de vencimento, ou com a menção de pronto de pagamento, e o momento a partir do qual os noventa dias eram acrescidos, de forma a serem considerados pagamentos em atraso. Esta interpretação decorreu da existência de uma norma, que prevê que nenhuma fatura poderá ser paga antes de decorridos trinta dias sobre a data da fatura, ou seja aos noventa dias, são acrescidos 30 dias, independentemente da data de vencimento da fatura. Esta interpretação, resultou na não elegibilidade de um conjunto de faturas num valor total de 119.144 euros. Face a esta nova realidade, a Câmara Municipal teve de propor à Assembleia Municipal mais um plano de regularização de faturas dos Serviços Municipalizados, o qual veio a ser aprovado, e está a ser cumprido.

Em 2013, foi libertada a primeira tranche do empréstimo, correspondente a 70% do valor contratado e pagas as faturas em atraso respetivas.



Para 2014, ficará a libertação da segunda tranche do empréstimo e que permitirá liquidar a dívida aos SMAS, não incluída em acordo de regularização, dívida essa, que está refletida na despesa em contrapartida da receita proveniente da arrecadação do empréstimo.

Os compromissos assumidos e a assumir, estão a ser pagos antes dos noventa dias acrescidos à data de vencimento da respetiva fatura, garantindo a não existência de pagamentos em atraso.

Estão a ser cumpridos todos os planos de liquidação celebrados.

Em 2013, e com exceção do Centro Educativo de Atouguia da Baleia e do Prohabita – Reabilitação, foram concretizados um conjunto de investimentos propostos no Orçamento de 2013, embora em fase de maturidade diferentes, como sejam a Casa Mortuária de Peniche, o Edifício António Bento, o Fórum de Serra d'El Rei e o recinto da Feira da Bufarda.

Tendo em conta que alguns dos principais pressupostos do Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal foram alterados, é importante, nesta fase, identificar essas alterações e fazer a avaliação do seu impacto. Assim, destacam-se como alterações mais relevantes as seguintes:

- Receita resultante da reavaliação de prédios, para efeitos de IMI,
- Taxas de IMI para 2013 e
- Alterações do Orçamento do Estado 2013 com impacto nas Despesas com Pessoal.

### *Reavaliação de prédios*

Conforme previsto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), todos os prédios urbanos seriam objeto de reavaliação num horizonte temporal devidamente definido. No entanto, e face à morosidade do processo, foi determinação do Governo no final de 2012, efetuar todas as reavaliações dos prédios urbanos até ao final de 2013, processo que efetivamente foi cumprido, uma vez que, e no que diz respeito ao Município de Peniche, o IMI de 2013 já foi aplicado a quase 100 % dos prédios.

Para os Municípios, e Peniche não é exceção, o acréscimo de receita por via da reavaliação foi uma das medidas integradas no Plano de Ajustamento Financeiro, por certo a medida com maior contribuição líquida para o reequilíbrio da situação financeira 2013 – 2026.

No entanto, os Municípios foram surpreendidos com uma norma, em sede de Orçamento de Estado para 2013 nos termos que a seguir se transcreve:

*“Artigo 96.º - Redução do endividamento*

*1 - [...]*

*2 - [...]*

*3 - [...]*

*4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o aumento de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município.*

*5- Os municípios que cumpram os limites de endividamento líquido calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, podem substituir a redução do endividamento referido no número anterior por uma aplicação financeira a efetuar obrigatoriamente junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (IGCP, E.P.E.), no mesmo montante em falta para integral cumprimento das reduções previstas no presente artigo.*

*6- A aplicação financeira referida no número anterior é efetuada até 15 de dezembro de 2013, só podendo ser utilizada para efeitos de redução de pagamentos em atraso há mais de 90 dias ou do endividamento municipal.*

*7- No caso de incumprimento das reduções previstas no presente artigo, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado no montante equivalente a 20 % do valor da redução respetivamente em falta.”*

Como se pode verificar, e ao contrário da expectativa que existia, a verba resultante da reavaliação dos prédios terá que ser encaminhada para amortização da dívida de médio e longo prazo e ou em alternativa aplicada num depósito a prazo.

À data da aprovação dos documentos previsionais para 2013, previa-se que o valor a considerar para este efeito seria de 397.000 euros. No entanto, e até ao momento, não foi o Município de Peniche oficiado do valor resultante da reavaliação, pelo que se deduz que a norma não será concretizada.

Para além disso, e considerando que o Município de Peniche está em situação de cumprimento de todos os limites previstos, espera-se poder concluir que a mesma não lhe será aplicável.

Aliás, desde a publicação da mesma, que é convicção desta Autarquia que, a cumprirem-se todos os objetivos do Plano de Ajustamento Financeiro, e que o mesmo assenta essencialmente na consolidação da dívida de curto prazo, não faria sentido, encaminhar a liquidez gerada para amortização da dívida de médio e longo prazo, uma vez que o objetivo do Programa de Apoio à Economia Local, era através da consolidação, criar liquidez para num

determinado período de tempo, o mais curto possível, poder, por um lado, equilibrar as contas públicas e por outro, gerar liquidez para gastar e pagar o necessário à atividade normal do Município e, se possível, investir.

### *Taxas de IMI para 2013*

No que diz respeito às taxas de IMI aprovadas para 2013 e à sua repercussão no Plano de Ajustamento Municipal e conseqüentemente na gestão municipal conclui-se que:

De acordo com os dados fornecidos pela Autoridade Tributária relativos ao número de imóveis abrangidos pela cobrança de IMI, a taxa de 0,35% foi aplicada a quase 97% por cento do total dos imóveis do concelho de Peniche.

Taxa de IMI	Nº de Imóveis	
0,35%	25.913	96,8%
0,65%	845	3,2%
	26.758	

Conhecida a base da distribuição da matéria coletável e tendo em conta que o Plano de Ajustamento Financeiro foi aprovado com base no pressuposto da manutenção das taxas de 2012, conclui-se que, e conforme se pode verificar do quadro abaixo, a redução das taxas resultou numa perda de receita para o Município de 504.000 euros/ anuais.

	Taxas	Valor
<b>IMI previsto cobrar em 2013 de acordo com PAF</b>	<b>0,4% e 0,7%</b>	<b>4.141.915</b>
<b>IMI efetivamente cobrado em 2013</b>	<b>Taxa</b>	<b>Valor</b>
<b>Prédios avaliados (96,8% do total)</b>	0,35%	<b>3.637.849</b>
<b>Prédios não avaliados (3,2% do total)</b>	0,65%	
<b>Diferença entre IMI previsto cobrar em 2013 de acordo com PAF e o IMI efetivamente cobrado em 2013</b>		<b>504.066</b>

### *Despesa com Pessoal*

Também no plano das Despesas com Pessoal, as medidas do Orçamento do Estado para 2013 tiveram um impacto negativo nos objetivos do PAF.

Por um lado, o pagamento do subsídio de Natal a todos os trabalhadores, que sendo um direito dos trabalhadores, ficou diluído para muitos na sobretaxa criada, representando um acréscimo de 200.000 euros para a entidade empregadora sem a respetiva compensação para o trabalhador.

Uma outra rubrica das despesas com Pessoal que obrigou ao ajustamento do Plano de Ajustamento Financeiro foi a alteração das taxas dos dois regimes contributivos prevista no Orçamento do Estado para 2013, representando um aumento de 5% do valor da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, devida pelo Município, enquanto entidade patronal, que era de 15% e que passou, de acordo com o OE para 2013, para 20%, representando um acréscimo de 121.000 euros. Também no que diz respeito à Segurança Social, a alteração representou um acréscimo de 1,45%, imputável apenas ao empregador no caso da Câmara Municipal de Peniche, que passa a suportar 23,75% em vez dos atuais 22,3%, ascendendo a um encargo adicional de 27.000 euros.

Destas medidas, resultou um acréscimo no Orçamento Inicial das Despesas com Pessoal face ao valor previsto no PAF em cerca de 312.000 euros.

Em resumo:

Descrição	Orçamento 2012/PAF	Orçamento 2013	Impacto no Orç. 2013
Subsídio de Natal	338.000 €	478.000 €	140.000 €
CGA	360.000 €	483.261 €	123.261 €
Seg. Social	387.000 €	436.167 €	49.167 €
	1.085.000 €	1.397.428 €	312.428 €

Ainda no que diz respeito às Despesas com Pessoal e já no decorrer do exercício de 2013, com a declaração de inconstitucionalidade da norma que previa o não pagamento do subsídio de férias, foi necessário reforçar as rubricas da despesa associadas ao pagamento do mesmo, valor que rondou os 160.000 euros.

Sem prejuízo dos compromissos assumidos em sede de Plano de Ajustamento financeiro, já desde 2011, a Câmara Municipal tem vindo a implementar algumas medidas para reduzir a despesa, tendo definido um plano de intervenção com a definição de objetivos e metas, a monitorizar e a controlar para garantir o seu desempenho em termos de eficiência e eficácia.

No entanto, algumas destas medidas não têm efeitos imediatos, uma vez que muita delas, dependem da alteração de procedimentos cujo resultado só será possível no final de um ano da sua implementação.

Em 2014, iremos dar continuidade à execução do plano, reajustá-lo de forma a procurar oportunidades de redução de despesa/custos, bem como melhorar o nível de cobrança das receitas municipais e assim melhorar a prestação da Autarquia.

Seguidamente registam-se as principais medidas:

- Continuar a controlar a aquisição de materiais e melhorar a gestão de stocks, evitando desta forma custos de stockagem desnecessários e faturação de materiais cuja utilização seja deferida.
- Melhorar o resultado a obter com a medida implementada desde de 2011, com a elaboração de fichas de custos de atividades organizadas quer pelo Município quer por entidades externas, de forma a apoiar a tomada de decisão e garantir o seu enquadramento em sede fundos disponíveis.
- Aumentar o número de processos de aquisição a abrir ao mercado, através da utilização da plataforma de compras públicas, que permita tornar públicos os procedimentos de ajuste direto, em detrimento do convite a um ou vários fornecedores.
- Recorrer à Central de Compras do Oeste, sempre que possível, garantindo assim preços assentes na economia de escala para aquisições de bens e serviços específicos resultantes da expectativa de consumos dos Municípios do Oeste., prevendo-se em 2014 apostar na área da eletricidade, comunicações, higiene e limpeza, e economato.
- Limitar a aquisição de serviços externos para funcionamento da autarquia ou para obras de pequena e média dimensão.
- Redução dos custos com materiais gráficos de divulgação das atividades. Pretende-se concretizar uma melhor avaliação do custo/benefício da elaboração de material promocional para os eventos desenvolvidos pelo Município e garantir um maior controle na sua distribuição de forma a assegurar a sua efetiva promoção.
- Redução do pagamento de horas extraordinárias, incrementando mecanismos de melhor planeamento das atividades de forma a assegurar que o trabalho a desenvolver possa ser realizado naturalmente dentro do horário normal de trabalho.
- Dar prioridade às ações de formação financiadas pelo POPH e programar uma aplicação rigorosa da Lei do Trabalhador Estudante.
- Controlo rigoroso na justificação de faltas por parte da respetiva chefia e garantir um maior rigor no acompanhamento das baixas médicas, solicitando intervenção do Delegado de Saúde, nos termos da Lei.

- Definir novos valores nos apoios e nos subsídios às atividades de carácter associativo através do estabelecimento de regulamentação para acesso aos apoios municipais, de acordo com a planificação das áreas de apoio municipal ao associativismo.
- Diminuição dos custos com material de economato e consumíveis informáticos, dando continuidade à implementação da gestão documental, redefinição de novos processos administrativos e implementação de equipamentos de cópia por open space.
- Redução dos gastos com combustíveis e prosseguir com o controlo rigoroso no abastecimento de viaturas, através introdução cartões de consumo por viatura, com inserção de plafons; restrição no uso do autocarro municipal, limitando a 300km's (viagem de ida e volta); redução no transporte de pessoal;
- Restrição no uso de viaturas municipais de serviço, reduzir o número de viagens dos autocarros municipais e restringir o uso de viaturas para consultas, dando sempre prioridade aos Municípios mais carenciados.
- Sensibilização dos serviços para redução do consumo de energia, nomeadamente através da criação de normas internas que incentivem a desligar computadores, monitores, impressoras, aquecimentos, iluminação e outros equipamentos durante o período de descanso, não deixar os equipamentos em stand-by, devendo ser desligados, etc. Realização de concurso público para fornecimento de energia, em zonas de baixa e média tensão.
- Redução do consumo de água, com racionalização dos contratos existentes, controlo de consumos por contador, controlo de consumos para espaços verdes e sensibilização dos serviços.

#### *Projeto promovido pelo Oeste Sustentável: Luminárias tipo LED*

Tal como já tinha sido anunciado em 2013, a Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste, designada como “Oeste Sustentável”, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM), definiu com uma das suas iniciativas prioritárias a remodelação de toda a Iluminação Pública na região Oeste, promovendo a substituição de luminárias tradicionais, por outras do tipo LED (Ligth Emitting Diode). Em 2013 não foi possível iniciar com a substituição das luminárias, prevendo-se que em 2014 se possa já concretizar uma parte do projeto.

#### *Iluminação Pública (IP) – Utilização Racional*

Constituindo os custos da Iluminação pública um valor significativo no conjunto da despesa efetuada com os consumos de energia elétrica da autarquia, e considerando as restrições orçamentais existentes, merece a gestão racional da iluminação pública uma atenção especial.

A instalação dos relógios astronómicos, de luminárias do tipo LED e a utilização de luminárias tradicionais de bom rendimento luminotécnico são os vetores essenciais de uma política de gestão racional de Iluminação Pública. Para 2014, sempre com a preocupação de não pôr em causa a segurança das pessoas, iremos prosseguir a redução de horário das luminárias por todo o concelho, bem como número de luminárias em serviço, já iniciado no final de 2012.

Ainda no que diz respeito à receita, é necessário continuar a trabalhar no sentido de instituir uma cultura de cobrança de receita, nomeadamente através de algumas medidas, tais como:

- Criar o serviço de execuções fiscais
- Redefinir procedimentos de faturação de receitas no momento imediato ao da prestação de serviços, substituindo a emissão da guia de recebimento apenas no momento do pagamento.
- Promover acordos de pagamento que garantam a cobrança de algumas dívidas de forma equilibrada para ambas as partes.
- No que diz respeito ao Licenciamento Zero, já em vigor, implementar novos procedimentos para atuação da Fiscalização Municipal, para garantir a cobrança de determinadas receitas e também e o ordenamento do território.

#### *Endividamento municipal*

Em matéria de endividamento municipal, o ano de 2014 será reportado à luz da Nova Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a entrar em vigor a partir de janeiro do próximo ano.

Com a nova Lei, caem os conceitos de Endividamento Líquido e Endividamento de Médio e Longo Prazo e passamo-nos a preocupar com a Dívida Total.

*“Artigo 52.º*

#### *Limite da dívida total*

*1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”*

Simulação da Capacidade de Endividamento com as regras da nova Lei das Finanças Locais:

Descrição	Valor
Receita corrente líquida 2011	13.050.402
Receita corrente líquida 2012	12.392.614
Receita corrente líquida 2013	13.790.617

Média dos últimos 3 anos	13.077.878
1,5 vezes a média RL <sup>(11-13)</sup>	<b>19.616.816</b>

Endividamento	Valor	Limite	Capacidade de Endividamento
Dívida Total <i>(calculada a 22-11-2013)</i>	<b>9.950.017</b>	<b>19.616.816</b>	<b>9.666.799</b>

Como se pode verificar, à primeira vista, o Município de Peniche tem uma capacidade de endividamento largamente confortável. No entanto, esta avaliação não tem resultados práticos diretos, tendo em conta, por um lado, o enquadramento em termos da Lei dos Compromissos e por outro, o enquadramento do endividamento em sede de Plano de Ajustamento Financeiro, o qual carece de garantias de equilíbrio no plano 2014 – 2026.

Por isso mesmo, e tendo em conta que o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2014 e anos seguintes prevê a contratação de empréstimos como pressuposto da realização de alguns investimentos, nomeadamente: as intervenções da Escolas Básicas de Ferrel e Serra D’El Rei, o Centro Educativo de Atougua da Baleia e ainda a construção do Snack-bar e Minimercado do Parque de Campismo, foram construídas as simulações e incluídos os respetivos encargos no Plano de Ajustamento Financeiro de forma a dar suporte às expectativas de investimentos previstas nos Documentos Previsionais apresentados.

#### *Medidas do Orçamento do Estado para 2014*

O Orçamento do Estado para 2014 determina a atuação dos Municípios em diversas frentes, nomeadamente em termos Orçamentais.

De forma mais direta, temos a redução nos vencimentos prevista, e que deverá resultar na redução das despesas com Pessoal em 2014 em cerca de 145.000 euros.

No entanto, e se mesmo em prejuízo dos trabalhadores esta medida tem um impacto positivo no valor das despesas com pessoal a prever em 2014, a alteração da taxa de contribuição da entidade para a Caixa Geral de Aposentações, que está atualmente fixada em 20% e que passará para 23,75%, (devida em relação aos trabalhadores que estão integrados no sistema



de proteção social convergente, antigos "funcionários" públicos admitidos até 31 de Dezembro de 2005, ou seja, a grande maioria dos trabalhadores), representa um acréscimo de 3,75 pontos percentuais neste encargo o qual se traduz em 84.000 euros.

O Orçamento do Estado para 2014 vem novamente obrigar os municípios a reduzir os pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL, em setembro de 2013. Tal redução deve ser feita da seguinte forma:

1 - 10%, até ao final de 2014;

2 - 5%, até ao final do 1.º semestre;

3 – Adicionalmente, o correspondente à redução remuneratória, decorrente do artigo 33.º da PLOE.

No entanto, para além da faturação em dívida aos SMAS (PAEL), e que aquando da libertação de segunda tranche irá ser liquidada, o Município de Peniche, não tem pagamentos em atraso.

Quanto ao destino a dar à receita resultante da avaliação dos imóveis, o Orçamento do Estado para 2014 continua a prever a norma, revendo, no entanto as prioridades em termos de canalização da mesma:

- Capitalização do Fundo de Apoio Municipal;
- Pagamento das dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 agosto de 2013;
- Redução do endividamento de MLP;
- Capitalização do Fundo de Investimento Municipal (FIM).

Considerando que o FAM e o FIM serão regulados em diploma próprio, ainda não é possível fazer uma avaliação do seu impacto, e saber sequer se vai ser aplicado ao Município de Peniche.

No que diz respeito às dívidas registadas no SIIAL a 30 de agosto, elas serão naturalmente pagas a partir janeiro.

Resta-nos a redução do endividamento de MLP, o que mais uma vez não está de acordo com o espírito do Plano de Ajustamento Financeiro, uma vez que a liquidez daí resultante é uma das medidas que permite o equilíbrio financeiro nos termos em que o mesmo foi aprovado.

Por fim, a redução das transferências do Orçamento do Estado que mais uma vez penaliza o Orçamento Municipal em 2,75%, traduzindo-se numa redução da receita de 127.000 euros. De salientar ainda, que a distribuição dos Fundos Municipais foi mais uma vez alterada, passando 50% do Fundo Geral Municipal de 2013, o qual já tinha sido igualmente reduzido nos mesmos termos de 2012 para 2013, de Capital para Corrente. Esta alteração é uma das razões para que o Orçamento tenha um saldo corrente tão elevado.

## | Gestão autárquica

---

### **Organização dos serviços municipais**

Neste capítulo, destaca-se o impacto da adaptação da estrutura orgânica à nova realidade decorrente da cessação das comissões de serviço de alguns dirigentes e que se reflete no funcionamento da autarquia e na forma como a mesma responde às diferentes frentes que se exige ao Município.

Para adequar a estrutura a estas novas exigências, é premente apostar-se na simplificação dos processos e na readaptação dos serviços, na introdução de boas práticas e na gestão eficaz dos recursos, bem como na eliminação de despesas que não acrescentem valor à organização nem aos munícipes.

### **Recursos humanos**

Como em qualquer organização, as Despesas com Pessoal têm um peso muito significativo na estrutura da despesa corrente e conseqüentemente em toda a estrutura de custos do Município.

Desde 2012 que no Orçamento do Estado tem sido sucessivamente previsto a obrigatoriedade de redução de 2%/ano do número de trabalhadores, medida que se mantém para o ano de 2014.

No que diz respeito a 2013, ainda não é possível fazer o balanço do cumprimento dos 2%, tendo em conta que todas as aposentações solicitadas no final de 2012, e que seguramente permitiriam atingir os objetivos, ainda não deliberadas pela Caixa Geral de Aposentações.

Importa reforçar a ideia de que, e sem prejuízo da consciência do peso das Despesas com Pessoal, a redução obrigatória do número de trabalhadores desenvolve-se em contraciclo com as exigências cada vez maiores que são feitas às autarquias locais a diversos níveis.

No que diz respeito ao número de trabalhadores com contrato a termo resolutivo certo, o Município de Peniche cumpriu a redução de 50% exigida para 2013, existindo apenas 5 trabalhadores com contrato a termo resolutivo certo, face aos 9 trabalhadores contratados com este vínculo a 31 de dezembro de 2012. Não são considerados para o efeito os Técnicos Superiores contratados para as atividades de Enriquecimento Curricular.

Para 2014, e tendo em conta os procedimentos concursais em curso, está prevista a contratação de dois trabalhadores, um Jurista e um Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho. A entrada do Jurista aguarda a saída do contratado atualmente com contrato a termo resolutivo certo.

Neste sentido, o mapa de Pessoal para 2014 apenas prevê os movimentos acima referidos, sem prejuízo da saída de alguns trabalhadores, que por livre vontade decidam sair, quer por aposentação, licença sem vencimento, entre outros motivos.

Para além das contratações acima referidas, é intenção da Câmara Municipal proceder à renovação dos quatro contratos a termo resolutivo certo iniciados em 2013, uma vez que não pode o Município prescindir destes recursos, sob pena de pôr em causa os serviços onde os mesmos estão alocados. Para isso, a Câmara Municipal deverá cumprir os requisitos previstos no Orçamento do Estado para 2014 no regime de exceção.

De referir que começa a ser difícil para Município de Peniche garantir a redução dos 2% prevista para 2014, uma vez que a estrutura deixa de ter trabalhadores em situação laboral que lhe permita decidir pela sua saída, dependendo da vontade voluntária dos mesmos.

No entanto, e em termos gerais, a gestão dos Recursos Humanos apresenta-se como uma fragilidade, tendo em conta a impossibilidade da contratação de mais recursos para fazer face às necessidades em determinadas áreas e às baixas prolongadas, licenças sem vencimento, licenças por maternidade e paternidade, e saídas voluntárias. Esta situação tem-nos obrigado a recorrer a medidas de inserção emprego, como forma de colmatar algumas necessidades, nomeadamente sazonais, com todas as implicações e limitações associadas a este tipo de contratos.

O mapa de Pessoal para 2014 está de acordo com apresentação feita neste capítulo.

Desde 2012, o Município de Peniche tem vindo a apostar na criação de condições para a implementação do serviço de Higiene, Segurança, e Saúde no Trabalho. Tendo em conta que foi opção do Município a contratação do Técnico por Tempo Indeterminado, estão reunidas as condições para dar continuidade a este projeto e dar resposta às obrigações legais subjacentes a este serviço, que se tem revelado de extrema importância, quer para o trabalhador, quer para o Município.

Por fim, e não menos importante, a Câmara Municipal reconhece na formação um incentivo importante, senão um dos únicos que pode proporcionar aos trabalhadores. No entanto, ainda não foi em 2013 que a formação prevista na candidatura ao POPH elaborada pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, já aprovada, teve início. Espera-se que este projeto possa ser uma mais-valia para os trabalhadores em 2014, sem prejuízo de algumas iniciativas internas de ações de formação promovidas por trabalhadores municipais que constituem a nossa bolsa de formadores. Ainda nesta frente, a Câmara Municipal tem vindo a garantir as formações obrigatórias para o exercício de funções de motoristas previstas na Lei.

## | Ordenamento do território e urbanismo

---

Na sequência da previsão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2013, numa conjuntura extremamente crítica, o planeamento e o ordenamento do território, continuam a ser grandes desafios, onde temos de concentrar e rentabilizar os recursos técnicos disponíveis no município.

Com as restrições financeiras colocadas aos municípios em geral, a que o nosso não é exceção, é cada vez mais difícil e menos sustentável o recurso a gabinetes de planeamento polivalentes, pelo que, na continuidade do que já vem acontecendo no presente ano, tem de se reduzir ao mínimo possível, o recurso a contratações externas e aproveitar ao máximo os recursos internos.

Esta opção implica, como é óbvio, que se evite a dispersão em termos de instrumentos de planeamento, grande parte deles impossíveis de concretizar no atual contexto, e que se concentrem as tarefas dos recursos internos em prioridades bem definidas.

Importa que se continue a trabalhar nesses instrumentos de planeamento prioritários indispensáveis para que se atinjam os objetivos já anteriormente definidos, como sejam:

- Adaptar o planeamento e o ordenamento do território, num contexto de recessão do mercado imobiliário;
- Planear o urbanismo face à nova realidade de oferta superior à procura em habitação para venda, estimular a reabilitação urbana e o mercado de arrendamento, bem como aproveitar a crescente procura de investimentos em novas atividades económicas, geradoras de crescimento e emprego.
- Atenuar os desequilíbrios, em que, apesar do excesso de oferta habitacional, uma parte da população, com especial incidência nas camadas mais idosas, continua a viver, em condições pouco dignas, em construções sem condições de habitabilidade, insalubres e, por vezes, sem garantias mínimas de segurança.

Para cumprimento desses objetivos é fundamental que o município concentre os seus esforços nos seguintes instrumentos de planeamento:

- Prosseguir e concluir a revisão do PDM segundo o cronograma acordado na Comissão de Acompanhamento (2015).
- Concluir o Plano de Urbanização de Vale do Grou, em ordem à disponibilização de solos e infraestruturas para instalação de atividades económicas.
- Continuar e concluir os Planos de Pormenor, Salvaguarda e de Reabilitação Urbana dos principais centros urbanos do concelho, com vista ao aproveitamento dos incentivos à reabilitação, recuperar e valorizar o património, melhorar as condições de habitabilidade de vida das populações nas zonas históricas, melhorar a atratividade e incrementar o mercado de arrendamento, com atração das famílias mais jovens para os centros urbanos.
- Lançar o projeto da segunda fase da recuperação do fosso da muralha – arranjos envolventes, como elemento essencial para a qualificação urbana e imagem da cidade.

Para além destes, muitos outros pequenos projetos surgem, quase diariamente, a que os técnicos continuarão a ter que dar resposta em prazos curtíssimos.

### Gestão urbanística

Uma vez concluída a colaboração com a Autoridade Tributária no fornecimento de elementos para a reavaliação patrimonial para efeitos fiscais dos imóveis do concelho, (quase 18.000 fogos), o que constituiu uma tarefa gigantesca nos anos transatos, importa focalizar a gestão urbanística na adaptação às novas disposições legais e à rentabilização dos recursos disponíveis.

Com efeito, no que respeita à redução de recursos humanos, este foi, nos últimos anos, um dos setores mais atingidos, pelo que é imperativo que se continue a reformar e adaptar o sistema, para dar as respostas que são verdadeiramente importantes para os munícipes, em prazos cada vez menores.

É um facto que o número de processos de operações urbanísticas que entram na câmara tem vindo a diminuir progressivamente, mas também não é menos verdade que as exigências são cada vez maiores. Temos, como exemplos, a exigência de informação permanente e muito sistematizada e parametrizada por parte do Instituto Nacional de Estatística, cujo trabalho tem que ser feito nos serviços e, na prática exige um funcionário em permanência; a nova legislação sobre a certificação energética, que exige a entrega de uma quantidade apreciável de documentação nos processos, já de si muito complexos; as novas competências dos municípios no licenciamento industrial e na energia e a cada vez maior necessidade de controlo sucessivo das operações urbanísticas sujeitas a mera comunicação prévia, ou mesmo isentas de controlo prévio.

Também a crescente necessidade de intervenção na verificação das condições de segurança e salubridade de imóveis degradados, em colaboração com os serviços de Proteção Civil, tem exigido um enorme esforço por parte dos poucos recursos técnicos existentes no departamento de planeamento e gestão urbanística.

### Conclusão

Cumprir os objetivos prioritários, vencer as muitas adversidades e “fazer mais e melhor com menos” constitui um desafio gigante para todos.

## | QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

---

À semelhança do ano transato, os projetos cofinanciados por fundos comunitários continuarão a ser afetados pelo contexto de enorme contenção financeira do Município. Durante o ano de 2014 voltará a ser dada prioridade à gestão corrente das candidaturas já aprovadas e aos respetivos pedidos de pagamentos, de periodicidade mensal.

Neste domínio, conforme tem sido hábito, o Município continuará a apoiar as entidades locais com candidaturas aprovadas e ainda formalmente não concluídas no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, designadamente o Clube Naval de Peniche (Sede do Clube Naval de Peniche), a Fábrica da Igreja Paroquial de Freguesia de S. Pedro de Peniche (Beneficiação da Igreja de S. Pedro) e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de S. Pedro de Peniche (Museu da Paróquia).

A Recuperação do Edifício António da Conceição Bento, iniciada em 2013, é atualmente a principal candidatura do Município, ainda em fase de execução física. Esta candidatura, que apresenta um investimento elegível superior a 623.000,00 euros, consiste na recuperação de um edifício que data da década de 40 do séc. XX, o qual beneficia de uma localização privilegiada no Centro Histórico de Peniche e, devido à relevância do seu passado e às suas características arquitetónicas singulares, permitirá acolher, no piso térreo, com a devida dignidade, o futuro Museu das Rendas de Bilros de Peniche, ficando os pisos superiores destinados à instalação de diversos serviços do Município. Incluída na Parceria para a Regeneração Urbana, esta operação beneficia de uma taxa de cofinanciamento de 85%, incluindo a aquisição do imóvel.

Conforme se encontrava previsto, durante 2013 foi possível submeter a candidatura relativa à construção do Centro Escolar de Atougua da Baleia, uma vez que o Mais Centro abriu um concurso no âmbito da “Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar”. Caso esta candidatura venha a ser aprovada, será dada prioridade à sua gestão e à submissão dos respetivos pedidos de pagamento, cujos montantes serão previsivelmente elevados.

Espera-se que durante 2014 possam verificar-se novos desenvolvimentos relativamente às duas candidaturas em que o Município de Peniche participa em parceria com outras entidades, designadamente com outros municípios da região, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Aguarda-se que durante o primeiro trimestre de 2014 seja aprovada a reprogramação da candidatura Modernização Administrativa do Oeste – Modelo de Gestão Voltado para o Município, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Oeste – OesteCIM. Este projeto pretende contribuir para o reforço da proximidade entre Municípios e autarquias locais, através da simplificação de processos administrativos, baseados numa forte componente de modernização tecnológica.

Trata-se de uma candidatura submetida em Abril de 2010, com um investimento elegível aproximado de 3,5 milhões de euros, envolvendo 12 Municípios, que apresenta um prazo de execução de cerca de 3 anos.

O Município de Peniche tem dado o seu contributo para o desenvolvimento do projeto, estando representado em diversos grupos de trabalho. A sua ação tem procurado garantir que não haja redundância relativamente a soluções já desenvolvidas e implementadas, procurando contribuir para que exista uma rentabilização dos recursos que lhe estão afetos.

Ainda no âmbito da OesteCIM, encontra-se em análise uma candidatura conjunta dos 12 Municípios do Oeste, em parceria com a EDP Distribuição, com um Investimento Elegível de cerca de 14 milhões de euros, que visa modernizar a rede de iluminação pública da região. Esta candidatura será executada em várias fases e, após um primeiro momento em que foi submetida ao Mais Centro, encontra-se agora a guardar aprovação por parte do Programa Operacional Valorização do Território, para onde foi transferida.

Espera-se, com grande expectativa, que 2014 possa marcar o arranque de um novo período de programação financeira da Política de Coesão da União Europeia. Já denominado Portugal 2020, este novo ciclo de políticas públicas europeias de apoio ao desenvolvimento poderá representar novas oportunidades para o desenvolvimento regional e local, às quais o Município de Peniche, naturalmente, estará muito atento.

A definição de um modelo de gestão dos fundos estruturais que envolva as autarquias locais irá com certeza acrescentar a valorização e a dinamização das economias locais e regionais, particularmente em termos da empregabilidade.

Mas todos temos consciência que dificilmente o município de Peniche poderá aproveitar na sua plenitude os fundos comunitários se eles não estiverem excepcionalmente dispensados dos limites do endividamento municipal., pelo que tudo faremos, individual e conjuntamente com a Comunidade Intermunicipal e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, para garantir tal objetivo.

## | Descentralização e relação com as Freguesias

---

A Câmara Municipal de Peniche vai desenvolver uma efetiva política de Descentralização com as 4 Freguesias do concelho, apesar da redução de receitas e de o governo prosseguir a sua política de redução de transferências das verbas provenientes do Orçamento de Estado.

A publicação da Lei 75/2013, de 12 de setembro, introduziu nos seus artigos 131.º a 134.º novas regras na delegação de competências dos Municípios para as Freguesias.

Por forma a dar cumprimento ao n.º 1 do artigo 133.º, a Câmara Municipal de Peniche vai, desenvolver, conjuntamente com as Freguesias do concelho, os conteúdos dos acordos de execução a estabelecer entre aquelas autarquias, designadamente nas áreas dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros.

A Câmara Municipal de Peniche contempla no seu Orçamento obras importantes nas quatro freguesias do concelho, a iniciar ou a concluir no decurso de 2014.

Apesar do quadro financeiro já descrito, a nossa autarquia continuará a promover, de acordo com os meios disponíveis, obras por administração direta em todas as freguesias. Será prosseguida uma política de contenção de matérias-primas.

Como forma de ajudar a reduzir as despesas das Juntas de Freguesia do concelho, a Câmara Municipal de Peniche assumirá também custos com alguns dos seus funcionários e respetivos encargos com a ADSE.

## | Turismo

---

A importância e a vocação turística do concelho de Peniche são fatores inquestionáveis que o Município tem procurado consolidar e valorizar, ao longo dos últimos anos, através de múltiplas formas. A atratividade turística de Peniche tem crescido de forma evidente no passado recente, muito por força da divulgação que o nosso concelho mereceu a partir dos inúmeros eventos dinamizados pela autarquia e que tiveram forte impacto mediático a nível nacional e internacional. Nessa medida, é importante continuar a criar condições para a participação dos diversos atores turísticos locais em iniciativas promocionais internas e externas.

Assim, em 2014 o Município procurará reforçar a sua presença em certames internacionais de promoção de Peniche enquanto destino turístico, como a FIA (Feira Internacional do Artesanato), a BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) e o Fórum do Mar (Oceano XXI – Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar).



Pelo seu peso económico, o turismo é e será um sector determinante que tem de ser objeto de planeamento e de uma visão de futuro. Esta atividade tem hoje de ser pensada de uma forma muito abrangente e complexa, transcendendo em muito o nosso território e abarcando a dimensão regional. É importantíssimo reforçar a aposta na diferenciação à escala regional, de modo a tornar mais evidentes as especificidades e as vantagens da nossa oferta turística, tendo presente critérios de qualidade e de sustentabilidade dessa mesma oferta.

É fundamental sustentar a oferta turística naquilo que de mais marcante existe neste território, como é o caso da cultura, das tradições e da gastronomia, mas também a qualidade da oferta hoteleira e das propostas de animação turística, como ferramentas de mobilização de novos mercados. É por isso importantíssimo dar mais visibilidade e notoriedade a particularidades históricas, geológicas e ecológicas do nosso Concelho como por exemplo a Ponta do Trovão, as costas do Baleal e da Consolação ou a circunstância de Peniche ser a cidade continental mais ocidental da Europa.

A promoção de produtos de origem local tem de ser alavancada, constituindo-se como uma verdadeira ferramenta de divulgação da nossa economia e reforçando os fatores identitário concelhios, o que poderá ocorrer, por exemplo, com a integração das Rendas de Bilros em ações de marketing territorial, conforme já ocorreu com as latas de conserva de cavala e de sardinha produzidas pelo Município.

A Mostra Internacional de Renda de Bilros, que este ano contou novamente com a presença de um significativo número de comitivas estrangeiras, tem dinamizado e promovido este símbolo de Peniche. Este evento continuará a merecer um especial carinho por parte da autarquia, através da introdução de melhorias graduais em todas as edições, como foram a introdução de joias nas rendas no ano anterior e a junção das rendas com o calçado na edição deste ano.

A organização do “Carnaval de Inverno” e do “Carnaval de Verão” será para manter, pois cativa cada vez mais público.

O reforço das marcas Peniche Capital da Onda e Berlenga - Reserva da Biosfera da UNESCO” surge também como uma oportunidade para difundir ainda mais o estatuto de referência e a imagem de destino turístico sustentável que o nosso concelho já alcançou.

“Peniche tem-se tornado cada vez mais popular entre os jovens europeus, devido às suas ondas e capacidade para atrair os melhores surfistas do mundo”. Trata-se de um facto inegável que contribuiu para o reconhecimento internacional do nosso território como um dos 100 destinos mais valiosos em termos de qualidade preço do mundo e o 2º em termos do contexto nacional.

O Município de Peniche estará atento a esta crescente procura internacional. Durante 2014 o Município propõe-se criar a Comissão Municipal de Turismo, composta por representantes da ACISCP – Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Concelho de Peniche, da ESTM – Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, da Associação das Empresas Marítimo Turísticas, da Associação dos Surf Camps e Escolas de Surf de Peniche e representantes de

diversas atividades, nomeadamente, da hotelaria, da restauração, do artesanato, das atividades subaquáticas e da animação turística.

Em conjunto com os atores turísticos locais, o Município pretende vir a criar o Portal do Turismo de Peniche, assim como estimular e apoiar o desenvolvimento de outras ações, desenvolvidas em parceria, que contribuam para a melhoria da qualidade da nossa oferta turística.

Caso o Município consiga obter os apoios necessários por parte da Entidade Regional de Turismo do Centro e do QREN, eventos como o “Festival Sabores do Mar” poderão ter condições para voltarem a realizar-se, sendo incontornável a continuação da realização de outros eventos com impacto turístico no concelho, na região e no País como é o caso do Campeonato do Mundo de Surf. No mesmo sentido, pretende-se reforçar a cooperação institucional com o Clube Naval de Peniche (CNP) na concretização dos seus compromissos, de modo a fomentar a realização de eventos náuticos de âmbito local, nacional e internacional, em linha com outras ações a promover, em parceria com os agentes económicos locais, atividades e eventos fora da época alta, no sentido de combater os efeitos da sazonalidade e captar novos fluxos turísticos.

O turismo náutico é já uma antiga aspiração de Peniche que se vem constituindo, desde há largos anos, como uma excelente oportunidade por explorar, motivo pelo qual é primordial dar continuidade ao trabalho de cooperação com o Governo e com a Administração Central pela concretização do compromisso assumido de Reordenamento da Bacia Portuária, tendo em vista o lançamento do concurso para a concessão da Marina Urbana de Peniche.

O turismo balnear continuará a ser apoiado com a criação de condições para a atribuição das bandeiras azuis, pretendendo o Município que venha a ser acelerada a implementação, por parte da Administração Central dos planos de praia já elaborados para a Praia da Consolação e Medão-Supertubos e os acessos sobre-elevados às praias da Baía de Peniche, a partir de projetos já elaborados.

Ao nível da oferta de alojamento e do aumento do número de camas, o Município pretende dar continuidade aos investimentos que vêm sendo realizados na melhoria das infraestruturas e condições de funcionamento do Parque Municipal de Campismo, manter o apoio aos promotores privados que têm vindo a investir em novos estabelecimentos hoteleiros e na ampliação de estabelecimento existentes, assim como reforçar a cooperação com o Governo e com o Grupo Pestana para que, na sequência da aprovação do estudo preliminar com vista a instalar uma Pousada da Enatur na Fortaleza de Peniche, essa intenção possa ser efetivamente concretizada no curto prazo.

Pretende-se igualmente aprofundar as relações com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, por forma a estabelecer sinergias que permitam a melhoria da oferta turística do concelho de Peniche.

## | Política cultural

---

A Cultura assume-se enquanto importante motor de promoção de conhecimento, de cidadania ativa e valorização pessoal.

Dando sequência às linhas de desenvolvimento estratégico elencadas na “Magna Carta - Peniche 2025”, o município tem apostado, desde 2010, numa política cultural centrada na valorização da identidade e cultura locais, na promoção da cidadania e coesão social através de uma educação pela arte e pela cultura, no fomento cultural descentralizado versando a criação de novos públicos e na dinamização, qualificação e divulgação dos agentes culturais locais no domínio artístico.

Alguns dos desafios para 2014 centram-se no delineamento e execução dos seguintes projetos:

Dinamização da Fortaleza de Peniche enquanto centro cultural de excelência do concelho, aliando a valorização da memória histórica deste imóvel com um discurso artístico e criativo contemporâneo que valorize os atores culturais locais, através da realização de diversos eventos e projetos culturais.

Edificação na Fortaleza de memorial evocativo dos presos políticos da “Cadeia do Forte de Peniche”, projeto desenvolvido ao abrigo de protocolo firmado com a União de Resistentes Antifascistas Portugueses.

Reformulação da área expositiva do Museu Municipal dedicada às atividades tradicionais da fileira da pesca (pesca, construção naval e indústria conserveira), no âmbito de financiamento do PROMAR (GAC Oeste).

Promoção de atividades, eventos e projetos versando a divulgação da identidade marítima do território, salientando-se a continuação da Semana “Tanto Mar”, organizada com a Fórum Estudante e a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e do projeto “Peniche, Mar Pedagógico” desenvolvido em parceria com este estabelecimento de ensino superior e com o Colégio Pedro Arrupe.

Dar seguimento à aposta feita no Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia (CIAB), enquanto polo cultural de referência, apostando na valorização da memória e ruralidade do concelho.

Continuação do projeto “Rota das Igrejas”, iniciativa que deste 2009 tem dado a conhecer o património cultural religioso do concelho a dezenas de milhares de visitantes e turistas.

Prossecução do apoio ao projeto de escavação arqueológica do sítio do Murraçal da Ajuda (cidade de Peniche), em curso deste 1998, e que tem possibilitado a redescoberta do passado conserveiro de Peniche.

Desenvolvimento e/ou colaboração na dinamização de eventos e projetos no domínio artístico, contemplando a artes plásticas, visuais e performativas.

Dar continuidade à programação letiva do Estúdio Municipal de Dança, equipamento municipal que anualmente promove a aprendizagem desta arte performativa junto de mais de uma centena de crianças e jovens do concelho.

Dar seguimento ao projeto “A poesia anda por aí”, visando a promoção da leitura e divulgação do texto poético em diversos locais do concelho numa clara aposta na descentralização.

Dinamizar, através da Biblioteca Municipal, atividades de promoção da leitura dirigidas à comunidade escolar, com destaque para exposições temáticas, visitas orientadas e a leitura de textos literários.

Continuar a envidar todos os esforços junto do Governo e do Programa Operacional do Centro (QREN) de modo a contemplar, através da inclusão na Estratégia Oeste Portugal 2020, o cofinanciamento para a conclusão da Biblioteca Municipal. Fruto de um investimento municipal, o projeto, nas suas múltiplas especialidades, encontra-se concluído e adaptado às novas exigências legais. Admite-se a possibilidade de poder adaptar o programa a finalidades elegíveis no âmbito do QREN e que correspondam a necessidades e oportunidades identificadas na sequência das reflexões promovidas pela Câmara Municipal.

Continuar a celebrar algumas temáticas através de meses alusivos, como o Mês do Teatro (Março), o Mês da Liberdade (Abril) ou o Mês do Mar (Novembro).

## |Rendas de Bilros

---

### **Estratégia Municipal de Revitalização e Valorização da Renda de Bilros de Peniche**

Contribuir para a promoção da Renda de Bilros de Peniche enquanto expoente máximo do artesanato local e estabelecer uma relação dialética entre a preservação das técnicas tradicionais e a inovação de alguns produtos, são algumas das premissas que integram a Estratégia Municipal de Revitalização e Valorização da Renda de Bilros de Peniche que, no ano de 2014, pretende fortalecer ações que assegurem a preservação deste importante ícone do património cultural local.

O fomento de iniciativas que valorizam a arte de rendilhar e as suas protagonistas, a sua promoção e valorização junto de faixas etárias mais jovens, bem como a consolidação de sinergias já criadas com algumas instituições, serão alguns dos eixos que pretendem contribuir para a inovação e sustentabilidade deste sector.

Em 2014, pretende-se dar continuidade a iniciativas como “As Rendas de Bilros vão à Escola”, durante o mês de março; “Mostra Internacional de Rendas de Bilros”, de 24 a 27 de julho; Ateliês de Verão das Rendas de Bilros, nos meses de julho, agosto e setembro; entre outras, cujos resultados se têm espelhado na crescente afluência de novos aprendizes à Escola de Rendas de Bilros, na forte adesão às iniciativas associadas a esta arte, bem como no aumento da procura de produtos em Renda.

*a) “As Rendas de Bilros vão à Escola”*

Esta iniciativa prosseguirá com a divulgação e incentivo para a arte de rendilhar junto de todas as crianças que integram a comunidade escolar do 1º ciclo do Concelho de Peniche.

Os resultados obtidos nas últimas edições justificam um investimento crescente no incremento desta atividade, visto representar uma importante alavanca na iniciação à aprendizagem desta arte.

*b) Ateliês de Verão das Rendas de Bilros*

Orientados para crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos, estes ateliês terão lugar entre os meses de julho e setembro e visam aliar a tradição de rendilhar à necessidade premente de ocupação tempos livres dos mais jovens, durante a época balnear.

Permitem a aprendizagem de algumas técnicas básicas de execução da Renda de Bilros de Peniche de forma lúdica e pedagógica e dão continuidade à oferta existente na Escola Municipal de Rendas de Bilros, durante o ano letivo.

*c) IV Ciclo de Workshops - Renda de Bilros de Peniche*

O ciclo de workshops sobre Renda de Bilros de Peniche, orientado para os formandos do Modatex - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios terá lugar, pela quarta vez consecutiva, nas várias delegações desta instituição (Lisboa, Porto, Covilhã) com o propósito de sensibilizar para aplicação de Rendas de Bilros em artigos vestuário e acessórios de moda. Esta ação de sensibilização é determinante para a conceção de novas criações apresentadas no âmbito dos desfiles “Rendas na Moda” e para o surgimento de novos e mais atrativos produtos em renda de bilros.

*d) XXII Concurso de Rendas de Bilros de Peniche*

Vanguardista na Europa, este concurso destina-se a todos os naturais do Concelho de Peniche ou nele residentes que pratiquem esta arte e pretende estimular o interesse pelo desenvolvimento, renovação e promoção deste *ex-libris* do artesanato local. Não obstante a importância de todas as categorias existentes neste Concurso, será dada especial ênfase à categoria INOVAÇÃO com o objetivo de incentivar o surgimento de novos conceitos em Renda de Bilros de Peniche.

#### *e) Mostra Internacional de Rendas de Bilros*

Agendada para os dias 24, 25, 26 e 27 de julho, a Mostra Internacional de Rendas de Bilros continuará a apostar na valorização do trabalho das nossas rendilheiras e na forte representatividade de países provenientes de vários pontos do globo.

Este evento pretende reforçar ainda a oferta de atividades associadas ao mar e às suas gentes e consolidar as sinergias criadas com várias instituições que têm contribuído para a projeção do evento nacional e internacionalmente.

O objetivo será manter o posicionamento deste evento no calendário nacional e internacional de eventos da mesma natureza e apostar em critérios de diferenciação, capazes de motivar o aumento do número de visitantes / participantes, bem como o interesse pela aquisição de produtos em rendas de bilros.

#### *f) Escola Municipal de Rendas de Bilros de Peniche*

A Escola Municipal de Rendas de Bilros prosseguirá com os serviços inerentes à sua função dedicando, de segunda-feira a sábado, algum tempo do seu funcionamento, não só à iniciação da aprendizagem e aperfeiçoamento das Rendas de Bilros, como também à aprendizagem de técnicas e processos como o desenho e cerzidura.

A área de intervenção da Escola incluirá algumas localidades que integram as freguesias rurais (Coimbrã, Geraldês, Serra D' El Rei e Atouguia da Baleia) e a flexibilização do seu horário (quartas-feiras, das 20h30 às 22h30), permitirá uma abrangência a novos interessados na aprendizagem de técnicas de iniciação e aperfeiçoamento das Rendas de Bilros.

#### *g) Sinergias*

O Executivo Camarário continuará a zelar pela continuidade dos protocolos de geminação estabelecidos com os Municípios de Camariñas – Espanha e Novedrate – Itália com o objetivo de promover as Rendas de Bilros a nível europeu; com o Projeto “SER Portugal” que alia a tradição à inovação de produtos em rendas de bilros, concebendo coleções exclusivas de peças de alta joalheria com aplicação de rendas de bilros; com o Modatex – Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios, para aplicação das Rendas de Bilros de Peniche em artigos de vestuário e acessórios de moda e com a Rutz, para aplicação desta arte no calçado português. Não obstante o reforço e consolidação destas parcerias, a Câmara Municipal de Peniche irá estar atenta e disponível para o estabelecimento de novas parcerias sempre que estas revelem ser mais-valias para o desenvolvimento e sustentabilidade do sector.

#### *h) Criação do Museu das Rendas de Bilros de Peniche*

A obra referente ao Museu das Rendas de Bilros de Peniche irá prosseguir o seu curso. Esta aposta da Câmara Municipal de Peniche representa o expoente máximo ao nível da preservação e conservação das nossas Rendas de Bilros. O ano de 2014 ficará marcado pela criação de conteúdos que irão integrar o acervo do Museu e pela análise de situações que potenciem a sua organização interna.

## | Educação

---

### **Construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia**

O Município de Peniche apresentou a candidatura ao Programa Mais Centro de forma a conseguir financiamento para a construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia.

A construção do Centro Escolar reveste-se da maior importância para a freguesia de Atouguia da Baleia.

Este Centro Escolar encontra-se previsto na Carta Educativa do Concelho de Peniche, homologada pelo Ministério da Educação em Maio de 2007. A proposta cumpre os objetivos previstos para o programa nacional de reordenamento da rede educativa.

Embora seja este o panorama nacional, no concelho de Peniche também se verifica que a população escolar do 1º CEB tem vindo a diminuir. Estando neste momento algumas escolas do 1º Ciclo em risco de fechar num curto prazo de tempo, algumas foram mesmo encerradas pelo Ministério da Educação e Ciência. Desde 2006 até ao presente, o Ministério da Educação encerrou as escolas EB1 de Casais de Mestre Mendo, EB1 de Casais do Júlio, EB1 da Coimbra e a EB1 de Ribafria 2 (Bolhos).

A par desta transformação demográfica – com menos alunos, temos os edifícios escolares que já são antigos e estão desajustados às reais necessidades educativas dos alunos.

Estas escolas contam com poucos recursos pedagógicos e equipamentos educativos desatualizados. Nesta perspetiva, o Centro Escolar assume grande importância, com vista à melhoria do processo de ensino e aprendizagem, bem como para a melhoria do sucesso educativo dos alunos.

O Centro Escolar de Atouguia da Baleia irá oferecer novos espaços educativos:

- 8 Salas de 1º Ciclo do Ensino Básico;
- 3 Salas de Jardim-de-Infância;
- Cozinha;

- Áreas comuns: sala de ginástica e refeitório;
- Biblioteca;
- Sala de professores;
- Área administrativa;
- Ao nível dos espaços exteriores garante-se a diversidade de atividades lúdicas em zonas de recreio cobertas e descobertas, diferenciadas através das faixas etárias correspondentes - Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico.

### **Intervenções no Parque Escolar**

A autarquia prevê a realização de duas importantes intervenções ao nível do parque escolar, em Ferrel e Serra D'El-Rei.

NA EB1 DE FERREL ESTÁ PROGRAMADA A SEGUINTE INTERVENÇÃO:

- Ampliação do edifício da EB1 para criar novos espaços, assegurando as condições de acessibilidade:
  - Espaço polivalente;
  - Cozinha/copa e dispensa de apoio;
  - Zona de refeitório
  - Sala para alunos com Necessidades Educativas Especiais;
  - Equipamentos sanitários para alunos, professores e deficientes e/ou pessoas com mobilidade condicionada.
- Campo exterior de futsal vedado e com piso em relvado sintético;
- Parque infantil com equipamentos diversificados;
- Áreas pavimentadas em betão pintado, destinadas aos jogos tradicionais ou outras atividades lúdicas e recreativas;
- Zona em terra batida para jogos tradicionais ou outras atividades lúdicas e recreativas;
- Alinhamento de árvores em caldeira na zona norte do pátio escolar para proteção dos ventos dominantes;
- Colocação de árvores na zona sul do pátio escolar para sombreamento e conforto bioclimático da área de parque infantil;
- Colocação de floreiras amovíveis que permitem a sementeira e/ou plantação de espécies aromáticas, hortícolas ou outras;
- Criação de corredor de circulação para acesso de veículos de serviço e/ou emergência;
- Eliminação de barreiras físicas de circulação, promovendo a circulação livre de todos os utilizadores, incluindo os que têm mobilidade condicionada;
- Promoção das condições de estadia no pátio escolar com recurso a mobiliário urbano.
- NA EB1 DE SERRA D'EL-REI PREVÊ-SE A SEGUINTE INTERVENÇÃO:
- Remodelação das instalações sanitárias. Neste espaço inclui-se a construção de instalações para pessoas com mobilidade condicionada;



- Eliminação de barreiras físicas de forma a criar condições de acesso a deficientes e/ou pessoas com mobilidade condicionada, no pátio escolar e edifícios, ou seja em todo o estabelecimento de ensino;
- Campo exterior de futsal vedado e com piso em relvado sintético;
- Parque infantil com aproveitamento e realocização dos equipamentos infantis existentes;
- Área pavimentada em betão pintado, destinadas aos jogos tradicionais ou outras atividades lúdicas e recreativas;
- Zona em terra batida para jogos tradicionais ou outras atividades lúdicas e recreativas;
- Aproveitamento das árvores existentes, incluindo a realocização de exemplares de menor porte, para potenciação das áreas de recreio e circulação e melhoria do conforto bioclimático;
- Manutenção da horta pedagógica existente;
- Criação de corredor de circulação para acesso de veículos de serviço e/ou emergência;
- Promoção de condições de circulação livre a todos os utilizadores, em particular os de mobilidade condicionada, com a construção de acessos rampeados;
- Criação de canteiros de plantas ornamentais associadas ao acesso principal do pátio escolar;
- Promoção das condições de estadia no pátio escolar com recurso a mobiliário urbano.

### **Transportes escolares**

A organização, funcionamento e financiamento dos transportes escolares constituem uma competência das autarquias, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro.

As competências do Município nesta matéria consistem na oferta do transporte, entre o local de residência e o estabelecimento de ensino mais próximo desta, a todos os alunos que residam a mais de 3Km ou 4 Km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente com ou sem refeitório.

Os transportes são gratuitos para os alunos que frequentem a escolaridade obrigatória. O Município de Peniche vai compartilhar os transportes escolares aos alunos do Ensino Secundário em 50% do valor do passe escolar,

Para levar a efeito o bom funcionamento dos transportes escolares, recorre-se à oferta existente na rede de transportes públicos, aos transportes da CMP e em determinadas situações a circuitos especiais, de forma a garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos em idade escolar.

### **Conselho Municipal de Educação**

O Conselho Municipal de Educação define-se como “ uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa,

articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.”

Obedecendo a um conjunto de competências que provêm da Lei e lhe são próprias, localmente procura-se promover momentos de partilha e reforçar a articulação com os diferentes parceiros educativos. No âmbito das suas competências, pretende-se concluir a Monitorização da Carta Educativa, que constitui um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos. Feita a primeira fase da sua aplicação. Encontra-se em fase de elaboração o relatório para a sua atualização e monitorização, numa perspetiva abrangente e que contemple aspetos diversificados inerentes à sua natureza e potencial. Neste processo, é fundamental o envolvimento dos vários parceiros educativos, elementos fundamentais na recolha e análise crítica de dados.

### **Regime de Fruta Escolar**

O Regime de Fruta Escolar mantém-se em 2014, sendo este o quinto ano desde o início da implementação deste programa. Com o objetivo geral que visa a distribuição de frutas e produtos hortícolas, a mesma é feita duas vezes por semana, durante trinta semanas. Este programa destina-se a todos os alunos que frequentam os estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho.

Este Programa está sujeito à implementação de Medidas de Acompanhamento, numa perspetiva de educação alimentar que promova hábitos de vida saudáveis. A Câmara Municipal em parceria com os três Agrupamentos de Escolas apresentaram à DGESTE um conjunto de medidas a desenvolver durante o ano letivo. Algumas das medidas: dinamização das hortas pedagógicas; realização de atividades lúdicas; fornecimento de materiais didáticos; iniciativas junto dos agregados familiares das crianças; fornecimento aos professores de livros e outro material didático, para ensino às crianças de hábitos de alimentação saudáveis; divulgação do Programa através do site do Município.

### **Bolsa de Estudo**

As Bolsas de Estudo destinam-se a estudantes do Ensino Superior residentes no concelho de Peniche e detentores de um percurso escolar meritório. Pretende-se que estes alunos possam prosseguir estudos superiores, contornando as dificuldades económicas evidenciadas pelo seu agregado familiar.

Sendo a Educação um investimento fundamental para o desenvolvimento social, a autarquia pretende continuar a apoiar treze estudantes do ensino superior, no montante total de 13 mil euros anuais.

### **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**

Os Agrupamentos de Escolas são parceiros fundamentais na implementação e acompanhamento pedagógico deste Programa. Anualmente, o Município contrata técnicos superiores, para lecionar Atividades de Enriquecimento Curricular, dentro das três áreas que disponibiliza aos alunos.

O Município disponibiliza aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, três áreas de atividades: (1) Atividade Física e Desportiva, (2) Ensino de Inglês e (3) Atividades Lúdico-expressivas.

Ao longo do ano letivo realizam-se várias iniciativas e projetos, promovidos pela autarquia e/ou pelos Agrupamentos de Escolas, contando com o apoio destes docentes e envolvendo a comunidade educativa.

### **Ação Social Escolar**

No âmbito da Ação Social Escolar é prioritário apoiar o número crescente de famílias financeiramente carenciadas, quer através de Auxílios Económicos, para livros e material escolar, com a Componente de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar e com o Programa de Generalização de Refeições aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. De ano para ano tem-se conseguido alargar a oferta a um maior número de crianças e famílias. O investimento da Autarquia, em matéria de Ação Social Escolar, reflete a sua preocupação e consciência social.

O objetivo do Serviço de Fornecimento de Refeições Escolares é assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, segundo os princípios dietéticos preconizados pelas normas definidas pelo Ministério da Educação e Ciência e com observância das normas gerais de higiene e segurança alimentar. Verifica-se que as famílias procuram cada vez mais este Serviço, o que tem resultado num aumento do investimento por parte da autarquia. É objetivo manter em 2014 o fornecimento de mais de 100 mil refeições. Para este efeito o Município estabelece, anualmente, com diversas entidades concelhias acordos de colaboração, de forma a garantir a execução do serviço de refeições escolares.

O papel da Escola é cada vez mais amplo, além da componente letiva, hoje me dia oferecem uma componente social tradicionalmente remetida às famílias ou vizinhos – Componente de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar. A componente da Apoio à Família tem como objetivo, a implementação das refeições escolares e o prolongamento de horário, bem como o desenvolvimento de atividades nas interrupções letivas, para as crianças a frequentarem os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública.

O Município de Peniche elaborou um Regulamento do Serviço de Apoio à Família (RSAF), que tem por objetivo definir as respetivas normas de funcionamento, nomeadamente:

- a) Fornecimento de almoço;
- b) Prolongamento der horário;

c) Atividades nas interrupções letivas, estas atividades serão exercidas nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública.

## | Desporto

---

Pretende-se dar continuidade a uma metodologia que se alicerça na existência de um eixo estratégico de intervenção no qual se entroncam diferentes objetivos nas áreas do apoio e incentivo à prática desportiva organizada, apoio às dinâmicas sócio-desportivas e incremento do associativismo local, promoção do desporto como fator de saúde e qualidade de vida em projetos de desporto para todos, pretendendo fomentar o Desporto no nosso concelho e proporcionar a todos os cidadãos estilos de vida ativos e melhor qualidade de vida.

Particularmente importante no conteúdo da programação desta área e a que será dado um forte apoio é a realização de atividades relacionadas com os desportos da fileira da onda, de âmbito nacional e internacional. No tocante ao Surf e Bodyboard serão apoiadas as provas do circuito mundial (Rip Curl Pro 2014) e o Circuito de Surf e Bodyboard de Peniche.

A Corridas das Fogueiras e a Corrida das Fogueirinhas, vão estar em destaque mais uma vez nas edições de 2014, que se esperam que continuem a ser mobilizadoras como sempre, tanto em termos de participantes, assim como o nosso envolvimento na organização do 30º Triatlo Cidade de Peniche e na 15ª Corrida e Caminhada da Praia Norte.

As iniciativas da Associação de Futebol Amador de Peniche continuarão a ser apoiadas e iremos prosseguir como desenvolvimento e reforço do Desporto Escolar criando as melhores condições para o sucesso do Centro de Atividades Náuticas que, em parceria, iniciou as suas atividades no ano letivo 2013/14;

A concessão de apoios a eventos organizados por Associações, Escolas e Clubes desportivos do Concelho, nas mais diversas áreas, continuará também a merecer a atenção da Autarquia, dando como exemplo o Corta Mato Escolar, o Tri-Escola (Aquatlo, Duatlo e Triatlo) e a Corrida do 1º Ciclo – AEC'S 2014.

No âmbito do Plano de Promoção de Cidadania Sénior pretende-se manter as atividades desportivas dirigidas aos mais idosos;

Continuaremos com uma política de atribuição de subsídios às associações em atividade, com vista a possibilitar a solução de problemas decorrentes do seu normal funcionamento. Os montantes a atribuir terão em conta a atividade e a dimensão de cada associação desportiva e do orçamento disponível.

Procuraremos criar condições aos Clubes e Associações para a utilização de equipamentos desportivos públicos, tais como o Relvado Sintético Municipal e o Pavilhão Gimnodesportivo da Escola EB D. Luís de Ataíde.

Serão prosseguidas todas as diligências no sentido de exigir junto do Governo e da Administração Central a concretização dos compromissos assumidos relativamente ao apoio ao funcionamento do Centro de Alto Rendimento de Surf (CAR Surf) bem como a implementação do Modelo de Gestão Nacional dos CAR's, atendendo às suas especificidades;

No quadro da Comissão de Gestão Local (Município, IPDJ e Federação Portuguesa de Surf) ir-se-á continuar a dinamizar as atividades do CAR Surf potenciando os quatro segmentos definidos - local, nacional, internacional e marcas -, consolidar as parcerias já firmadas com o PPSC – Península de Peniche Surf Clube, e a ESDRM-Escola Superior de Desporto de Rio Maior e formalizar outras em construção, nomeadamente, com a Federação Portuguesa de Canoagem, a Federação Portuguesa de Remo e o Desporto Escolar.

Em conjunto com a ESTM, pretende-se vir a implementar um mecanismo de avaliação de satisfação dos participantes nos nossos eventos desportivos (Corrida das Fogueiras e Triatlo), com o objetivo de proceder a eventuais melhorias e, deste modo, consolidar a sua projeção nacional.

No âmbito da parceria existente com a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, pretende-se definir as bases para a elaboração da Carta Desportiva Municipal.

Dando continuidade à abordagem efetuada no início de 2013 com a Associação Portuguesa de Skateboard, pretende-se o seu envolvimento na apresentação de projeto de remodelação do atual skateparque.

O Centro de Canoagem do Oeste tem merecido da parte do município a maior atenção e apoio, destacando-se o apoio financeiro concedido, no montante de 4.000€, para aquisição de terreno para a construção de novas instalações. Pretende-se em 2014 dar continuidade à elaboração do projeto de arquitetura e colaborar na obtenção de meios financeiros no quadro do QREN 2014-2020, envolvendo a também APA - Agência Portuguesa de Ambiente, entidade gestora do Plano de Ordenamento da Albufeira do Rio S. Domingos. De igual modo, daremos sequência às diligências efetuadas junto do IPDJ, da Federação Portuguesa de Canoagem e da Federação Portuguesa de Remo, para implantação de balizagem do plano de água de modo a captarmos mais praticantes e mais provas.

De modo a melhor reconhecer e apoiar os atletas de alta competição do nosso concelho, criar-se-á um programa de bolsas de mérito desportivo com expressão pecuniária.

Por último, importa reforçar a importância da realização em Peniche de provas de âmbito nacional e internacional, como fator de valorização da componente turística e promocional da cidade e do próprio desenvolvimento económico, associado à prática desportiva, para o qual procuraremos estar atentos e intervenientes, dentro das nossas objetivas capacidades, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos.

## | Parque de Campismo Municipal e Piscinas Municipais

---

### Parque de Campismo Municipal

A atividade do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo tem um caráter permanente e multidisciplinar, assegurando um elevado número de serviços para o ócio dos seus utilizadores.

Este, atendendo à sua excelente localização, dimensão e preços praticados, é anualmente procurado por milhares de campistas e caravanistas, que vêm nesta modalidade de alojamento turístico, um tipo de lazer “low-cost” e uma forma de estar mais próximos da natureza e num ambiente mais descontraído.

O Parque, sendo visto como uma importante fonte de receita da autarquia, continuará a ser alvo de investimento, nomeadamente no âmbito da modernização e manutenção de espaços, equipamentos e edifícios, aspirando sempre a uma melhoria contínua.

No Ano de 2014, será dada continuidade à remodelação dos socalcos e implantação de alvéolos, trabalhos a serem realizados gradualmente de forma a minimizar o impacto junto dos campistas e caravanistas.

Estas iniciativas ambicionam melhorias significativas na fruição, conforto e bem-estar dos utilizadores do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche.

### Piscinas Municipais

As piscinas Municipais de Peniche são um equipamento de referência no nosso concelho, pela intensa utilização a que está sujeita e pela manutenção e reforço de todas as condições de bem estar e de segurança inerentes ao seu funcionamento.

Tendo por finalidade servir os seus munícipes e todos os seus visitantes, e proporcionar a prática diversificada de atividades, estão previstas para 2014 um conjunto de iniciativas que a seguir se resumem no seguinte quadro:

<u>Atividade</u>	<u>Data</u>	<u>Descrição</u>
Torneio de Pascoa das escolas de natação	1 sábado de abril	Competição para Alunos da escola de natação na piscina de 25 m
Festival de Natação Sincronizada	A designar	Serão convidados outros Clubes
Festival de Hidro-Carnaval	15 ou 22 de fevereiro	Evento destinado aos alunos da piscina com lanche
Festival da Piscina – Encerramento	28 junho 2013 – Escola de Natação	Todos os alunos da Piscina
Festival Aquabebe	21 ou 28 de junho	Bebés dos 6 ao 36 meses

## | Política ambiental

---

A política ambiental consistirá na dinamização e apoio a projetos e iniciativas que visem a promoção do desenvolvimento sustentável do território e contribuir para o aumento da sensibilidade e consciência ambiental de todos os cidadãos, perspetivando-se a realização de ações de sensibilização ambiental dirigidas à população do concelho e da comunidade educativa em particular.

No âmbito do protocolo para recolha seletiva de óleos alimentares usados celebrado com a Biosys – Serviços de Ambiente, Lda, prevê-se a colocação de mais oleões no concelho, o que contribuirá para aumentar a quantidade de resíduos recolhidos e encaminhados para uma unidade de tratamento para valorização (produção de biodiesel).

No contexto da adesão ao Programa Ecovalor, que é um programa de educação ambiental sobre resíduos urbanos promovido pela Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA, prevê-se a implementação do Concurso Inter-Escolas visando aumentar as quantidades de plástico e metal separados para reciclar e também sensibilizar e educar a comunidade escolar, seus familiares e a comunidade envolvente, para a correta utilização do Ecoponto Amarelo, bem como a dinamização de visitas às instalações e de ações de sensibilização da Valorsul.

## | Pinhal Municipal

---

O Pinhal Municipal constitui, a vários títulos, um ativo estratégico que importa preservar e valorizar, constituindo também uma relevante fonte de rendimento para o município. Admite-se concretizar uma solução de arrendamento de exploração, tendo como base um plano de gestão florestal que incluirá cortes finais, replantações, desramações, desbastes, etc. e que será elaborado com a participação ativa do município.

## | Mercados

---

Serão desenvolvidos todos os esforços para assegurar a modernização/reabilitação do mercado municipal. A obtenção de garantias mínimas de concessão de apoios comunitários

(QREN) para esse fim será determinante para o desenvolvimento dos projetos associados a esse objetivo.

Quanto ao mercador abastecedor serão desenvolvidos esforços para melhorar o seu funcionamento designadamente através da construção de instalações sanitárias que possibilitem a utilização pelos vendedores e clientes.

## | Trânsito

---

No capítulo dos assuntos relacionados com o Trânsito e Segurança Rodoviária prosseguiremos, ao longo do novo mandato autárquico, com um conjunto diversificado de intervenções a realizar no concelho.

Para aumentar a segurança de peões, será dada uma atenção particular à execução de lombas que permitam a acalmia de trânsito em diversas localidades.

Procederemos à execução de sinalização horizontal no perímetro da estrada entre o Casal Moinho e o Lugar da Estrada. Para 2015, apontamos a continuação de uma intervenção idêntica na estrada entre Ribafria/Bolhos e o entroncamento da EN 114, em Serra D`El-Rei.

Implementaremos, em 2014, o projeto desenvolvido conjuntamente pelo DEPPC e pelo DOM, referente à reordenação do trânsito na zona central da cidade, designadamente desde o Largo 5 de Outubro, Largo D. Pedro V, até ao Campo da República e outras transversais que confluem, nesta artéria principal.

Em termos de planeamento para 2015, prevemos a instalação de semáforos no cruzamento da Rua Arquiteto Paulino Montês com a Rua Heróis do Ultramar.

Prevemos concretizar, em 2014, a solução global de zonas de estacionamento pago na cidade e em zonas de praia, de forma a permitir arrecadar novas receitas para investir na manutenção da rede viária do concelho.

O DOM- Departamento de Obras Municipais vai ter como objetivo ao longo dos próximos 4 anos, a erradicação gradual das barreiras arquitetónicas existentes, melhorando as condições de circulação para pessoas com mobilidade reduzida, sendo esta também uma forma de distinguir Peniche e de promover a necessária atratividade do concelho.



## | Obras municipais

---

No domínio das Obras Municipais incluídas nas GOPs para o próximo ano, salientamos como traço essencial, a realização de intervenções em todas as freguesias do concelho. A orientação geral passa pelo seu desenvolvimento com o recurso aos trabalhadores da nossa autarquia - uma opção com bons resultados obtidos nos últimos anos. Conforme se pode verificar pela lista que passamos a apresentar, trata-se de um investimento financeiro muito significativo destinado às obras a desenvolver a partir do próximo mês de janeiro, a saber:

- A construção do Centro Escolar de Atougua da Baleia.
- A reabilitação da EB 1 da Serra D`El-Rei.
- A reabilitação da EB 1 de Ferrel.
- A intervenção na reabilitação de Bairros Sociais.
- A construção do edifício destinado ao Snack Bar/Minimercado no parque municipal de campismo.
- A conclusão do Fórum da Serra D`El-Rei (edifício principal e arranjo exterior).
- A conclusão da obra do ex- edifício A. C. Bento, destinado à instalação do Museu da Renda de Bilros de Peniche.
- A intervenção na rede viária do concelho.
- O ordenamento do Largo 5 de Outubro.
- A reabilitação do Pelourinho na Coimbrã.
- Intervenções no âmbito dos denominados cantos e recantos de que são exemplos: o arranjo exterior junto à União Desportiva de S. Bernardino e Poço da Barroca, em Geraldês.
- A reabilitação de Parques Infantis.

## | Fórum Multiusos de Serra d`El-Rei

---

O Fórum Multiusos de Serra D`El Rei é composto por um edifício, a recuperar, destinado a albergar a sede da respetiva junta de freguesia e um outro, a construir de raiz, destinado à instalação de um Centro Interpretativo. O Edifício da Junta de Freguesia e do Centro Interpretativo serão considerados edifícios independentes. A construção do Fórum é da responsabilidade da respetiva Junta de Freguesia, encontrando-se a obra dividida em 3 fases distintas:

1ª Fase – reconstrução com preservação das fachadas do edifício existente, tendo como funcionalidade as instalações da sede da Junta de Freguesia de serra D`El-Rei;

2ª Fase – intervenção exterior, incluindo o novo acesso principal ao Fórum;

3ª Fase – ampliação do edifício (Centro Interpretativo);

A fase 1 do projeto, que se prevê que possa ser concluída durante o ano de 2014, encontra-se atualmente a ser executada por administração direta. Já foram concluídos os trabalhos de demolição, foram executadas as fundações da nova estrutura, assim como a laje do piso superior. Os trabalhos de cofragem e realização de armaduras para a laje de cobertura encontram-se atualmente em execução. Durante o ano de 2014, o Município de Peniche e a Junta de Freguesia de Serra D´El-Rei pretendem apresentar uma candidatura ao Sub-programa 3 “Dinamização das Zonas Rurais” do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), destinada a cofinanciar a construção da 2.ª e 3.ª fases do projeto.

## | Recuperação do Edifício António da Conceição Bento

---

A Remodelação do Edifício Municipal António Bento visa dotá-lo para as funções, com caráter de equipamento urbano usável e flexível, de suporte de múltiplos eventos, e constituindo elemento de mais-valia no âmbito da dinamização social e cultural.

No edifício a reabilitar não se consideram alterações volumétricas significativas que alterem a sua integração urbana. Um novo espaço poderá desenvolver-se e ampliar-se ao nível do rés-do-chão, numa relação continuada com o edifício a reabilitar. No entanto, entre os dois espaços será possível a existência de uma “bolsa”/átrio exterior, num espaço vestibular com acesso a ambos os edifícios e ao elevador. Este acesso vertical será materializado na zona das antigas escadas de serviço do edifício principal, que poderão ser demolidas em segurança sem alterar ou desvirtuar os elementos essenciais da construção existente. O piso térreo passará a ter uma utilização total ou parcial no espaço e no tempo, permitindo uma polivalência que pode, para além do serviço ao público, ser utilizada como museu, espaço de exposições, apresentação de produtos, eventos e turismo.

O 1º e 2º andares do edifício a reabilitar terão uso de serviços existindo vários espaços para gabinetes e/ou salas de reunião, instalações sanitárias, copa e uma varanda (piso1) na cobertura da construção nova. O acesso a estes pisos far-se-á através de elevador a construir ou pela escada principal existente no edifício a reabilitar. Esta obra, cofinanciada a 85% pelo Mais Centro, foi adjudicada ao consórcio constituído pelas empresas ARADA – Engenharia e Gestão de Empreitadas, Ld.ª e Manindústria – Conservação e Manutenção Industrial, Ld.ª”. Já foram realizadas as demolições previstas e foi construída a estrutura de betão armado da ampliação.

Encontram-se em execução as redes de instalações especiais de eletricidade, comunicações, águas e esgotos e AVAC. A obra apresenta uma taxa de execução de 7,5%, estando com atraso em relação ao plano de trabalhos proposto, que previa a sua conclusão em janeiro de 2014.

## | Cemitérios

---

### **Alargamento do Cemitério da vila de Ferrel**

Após os avultados investimentos realizados nos últimos anos, pela Câmara Municipal de Peniche, no alargamento dos Cemitérios de Peniche, Lugar da Estrada, Atouguia da Baleia e Serra D`El-Rei, a prioridade para 2014 passa pelo apoio ao alargamento do Cemitério da vila de Ferrel. Neste momento, para a concretização deste objetivo é fundamental a conclusão das negociações em curso relativamente aos terrenos particulares que permitirão o seu alargamento, numa parceria entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.

### **Entrada em funcionamento da nova Casa Mortuária**

Com a conclusão da Casa Mortuária da cidade de Peniche - obra realizada pela nossa autarquia por administração direta, em 2013, composta por cinco câmaras ardentes, uma capela, instalações sanitárias comuns, vestiário e sala de arrumos – concretiza-se uma antiga aspiração desta autarquia, sendo colmatada também uma necessidade fortemente sentida pela população. A gestão e a administração deste equipamento público são da responsabilidade da Câmara Municipal de Peniche, de acordo com as Normas de Utilização relativas ao seu uso e respetivas condições de utilização.

## | Cultura de segurança, Cidadania e Proteção civil

---

### **Estruturação:**

A atividade do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Peniche tem caráter permanente e multidisciplinar, contemplando um elevado número de operações que se enquadram no ciclo das catástrofes, ou seja, ao nível da prevenção, preparação, socorro ou da reabilitação.

De acordo com o regulamento do SMPC de Peniche, aprovado em Assembleia Municipal, no dia 08 de maio de 2009, o serviço é constituído por:

- Gabinete de Prevenção e Planeamento;
- Gabinete Técnico Florestal;
- Apoio Administrativo.

Com esta estrutura, o SMPC de Peniche tem vindo a otimizar as atividades de planeamento, prevenção, segurança e informação pública, tendentes a prevenir riscos coletivos inerentes à situação de acidente grave ou catástrofe de origem natural e/ou tecnológica, por forma a atenuar os seus efeitos junto das pessoas e bens em perigo.

Continuaremos a procura contínua de aproximação deste serviço aos munícipes, permitindo assim difundir uma Cultura de Segurança no âmbito da Proteção Civil.

#### *Cultura de Segurança e Cidadania:*

O SMPC de Peniche continua a promover ações de Cultura de Segurança e Cidadania junto dos munícipes, principalmente os estudantes, permitindo, deste modo, despertar o interesse dos mais jovens pela segurança, tentando que sejam estes a fonte transmissora desta temática aos mais velhos. Ainda neste domínio, o SMPC de Peniche continua a divulgar e incentivar a criação dos Clubes de Proteção Civil nas escolas.

#### *Planeamento de Emergência:*

Todos os eventos que ocorrem no Município, cuja dimensão, público envolvido e espaço temporal representam um fator de risco com índice de preocupação, são alvo de preparação ao nível do “security” e do “safety”.

Dado o carácter transversal do SMPC de Peniche, este elabora Planos de Coordenação, que são instrumentos que possibilitam o desencadeamento sistematizado da resposta a operações de proteção e socorro, permitindo conhecer antecipadamente os cenários e os meios, garantindo-se assim uma melhor gestão integrada de recursos, ou seja dos diversos agentes envolvidos na ocorrência.

No que respeita ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Peniche, o documento encontra-se na fase de elaboração da cartografia de risco, que servirá também para o Plano Diretor Municipal de Peniche.

O levantamento de riscos existentes no concelho de Peniche é um trabalho moroso que posteriormente é versado para a cartografia de risco, permitindo ter mecanismos de apoio à tomada de decisão.

É ainda da responsabilidade do SMPC de Peniche organizar e preparar diversas reuniões com os agentes de Proteção Civil de âmbito municipal, onde se destacam as reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil, Conselho Municipal de Segurança e Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Na área do planeamento de emergência, pretende-se, em 2014, manter o projeto “Berlenga mais Segura”, iniciado em 2009, garantindo-se assim, durante os meses de verão, o funcionamento do posto de socorros na ilha da Berlenga.

### **Informação pública:**

O SMPC de Peniche continuará a efetuar o acompanhamento e a tomada de medidas preventivas face aos alertas decretados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, divulgando junto da população estas informações que podem representar um acréscimo nas medidas de autoproteção. São formas prioritárias de difusão de informação o sítio da internet do Município ([www.cm-peniche.pt](http://www.cm-peniche.pt)) e a rádio local.

### **Gabinete Técnico Florestal**

O Gabinete Técnico Florestal conta com um Engenheiro Florestal, facto que permite aos municípios dispor de um técnico especializado, que tem desenvolvido um conjunto de ações e iniciativas no âmbito florestal.

## **| Política Social e Coesão Sócio Territorial**

---

Empenhado na prossecução do bem-estar e da qualidade de vida da população do Concelho de Peniche, o Município de Peniche assume como uma das suas prioridades a promoção de medidas de inclusão tendentes à erradicação ou atenuação de situações de discriminação social, como forma de promover a coesão e o desenvolvimento social do concelho. O modelo de intervenção social do Município incorpora atualmente, de forma assumida, as orientações estratégicas que estão na base do Projeto GPS – “Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade”. Com efeito, procura promover uma maior autonomia das pessoas em situação de vulnerabilidade social, através de estratégias para a integração social que privilegiam a proximidade às populações e valorizam o trabalho em parceria e a participação, em especial por parte dos destinatários das medidas, na busca da eficácia e da sustentabilidade das medidas implementadas. Nessa medida, os instrumentos de política social que são postos em prática têm por base os seguintes princípios de ação: a proximidade, a integração de medidas, a parceria, a multidimensionalidade dos problemas, a participação, o *empowerment*, a gestão participativa, a coresponsabilização e a sustentabilidade. São várias as áreas de intervenção pelas quais se desdobra o serviço municipal de ação social, indo da habitação, formação, emprego, saúde, cidadania, proteção social, lazer e cultura. São também diferenciados os públicos-alvo a quem se destinam as medidas acionadas, que se constituem por crianças, jovens, pessoas idosas, desempregados, pessoas com carência socioeconómica, pessoas em situação de discriminação social, pessoas e famílias em situação de fragilidade social.

## Ação Social

- *Acompanhamento Psicossocial em situações de crise* – O Município continuará a prestar apoio psicossocial a pessoas e famílias em situações pontuais de crise associadas, nomeadamente, a catástrofes naturais e a situações de luto decorrentes de acidentes de naturezas várias.

- *Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche* - O Município manterá o necessário apoio administrativo/logístico, organizacional, psicológico e jurídico à CPCJ, continuando a assegurar a coordenação e o apoio técnico na gestão de casos.

- *Gestão de equipamentos sociais* – Como medida de apoio à família, serão mantidos os equipamentos ATL Arco-Íris e Centro de Convívio, como respostas na área das crianças e jovens e na área dos idosos.

- *GIP – Gabinete de Inserção Profissional* – Continuarão a ser prestados apoios à população desempregada através do GIP, cuja finalidade é facilitar o acesso ao emprego por via, nomeadamente, do encaminhamento para formação profissional e para as empresas com ofertas de emprego na região. Manter-se-á a colaboração ao nível do Grupo de Trabalho da Rede Social “Emprego, Formação e Empreendedorismo”, em particular ao nível da caracterização das ofertas formativas, da identificação das necessidades formativas e da ligação ao mercado de trabalho.

- *GPS - Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade* – Gabinetes de Proximidade - Com aproximadamente cinco anos de atividade em prol da população do concelho de Peniche, o GPS – Projeto de Animação Territorial, propõe-se dar continuidade no apoio social aos munícipes do concelho, numa lógica de proximidade à população.

Apontando como objetivos principais a contribuição para o desenvolvimento comunitário e a melhoria das condições de vida da população através da ativação de respostas orientadas para a animação comunitária, facilitação do acesso à informação e serviços de apoio social, facilitação do acesso ao emprego ou autoemprego, apoio ao empreendedorismo e promoção da cidadania.

Propõe-se manter em funcionamento semanal os seis gabinetes de atendimento psicossocial, implementados nas freguesias rurais e na cidade de Peniche, onde prestou apoio, até à data, a cerca de 400 famílias, em variadas problemáticas tais como, problemas económicos, desemprego, ausência de formação profissional, deficiência, problemas de saúde (alcoholismo/toxicodependências, problemas do foro psiquiátrico, problemas de saúde físicos), acesso a bens e serviços, condições habitacionais no que toca à conservação e higienização de espaços, défice de competências pessoais e sociais, entre outros.

Na lógica da gestão participativa, vai dar continuidade ao trabalho em rede com as trinta entidades parceiras do projeto, no que toca ao atendimento como ao acompanhamento sociofamiliar de munícipes com necessidade de apoio social. O trabalho em rede tem

possibilitado a otimização de recursos técnicos e institucionais, revelando-se como uma resposta mais eficaz na solução/minimização dos problemas que emergem no decorrer dos acompanhamentos.

Disponibiliza-se a dar continuidade às respostas de apoio social, através da dinamização da rede concelhia de apoio alimentar e de distribuição de bens de primeira necessidade a carenciados, inserida no Grupo de Trabalho da Rede Social “Para a Distribuição de Bens Essenciais”, coordenado pelo Município. Será mantido o trabalho concertado com o Núcleo de Intervenção na Área da Saúde Mental de modo a uma referenciação mais célere de indivíduos com problemas psicológicos e psiquiátricos.

No que toca à capacitação dos diferentes intervenientes sociais, propõe-se debater temas ligados à intervenção social, sendo de salientar que irão ser levadas a cabo iniciativas de cariz informativo/formativo que irão assinalar a comemoração dos cinco anos de vigência do GPS.

- *Horta Comunitária* - Com a implementação da Horta Comunitária de Peniche o Município ficará dotado de um equipamento Comunitário com uma forte componente social pela sua importância na relação entre o Homem e a Terra.

A Horta Comunitária possibilitará a requalificação do espaço que tende a degradar-se, melhorando a imagem do mesmo, atuando como rede social, promovendo um elo de convivência social e intergeracional e proporcionando benefícios económicos e de saúde, especialmente no que concerne uma alimentação saudável.

A Horta Comunitária beneficiará trinta utilizadores do concelho de Peniche, mediante a efetivação de uma candidatura anual.

- *Parcerias*: O envolvimento do Município em parcerias institucionais como acontece no caso da Rede Social, do RSI (Rendimento Social de Inserção), da CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens), do GIP (Gabinete de Inserção Profissional), do Projeto “OJE – Olhares de Jovens Empreendedores”, do Projeto Porto + Seguro e da Equipa de Cuidados Continuados Integrados de Peniche.

- *Universidade Sénior* – Nas parcerias, aprofundar a relação com a Universidade Sénior no quadro do Conselho Local de Ação Social, admitindo-se a possibilidade de ampliar o âmbito de cooperação já estabelecido em protocolo.

- *Plano Gerontológico* – O acentuado envelhecimento da população, decorrendo do aumento da esperança de vida, da diminuição da natalidade, e do fluxo migratório, acarreta novos desafios às sociedades. Em razão do aumento da esperança de vida, o envelhecimento da população acima dos 75 anos acentua-se, associando-se a situações de morbilidade/dependência com impactos ao nível socioeconómico. É com estas preocupações que o Município de Peniche tem vindo a desenvolver, junto da sua população idosa, um conjunto de ações que lhes proporcionam bem-estar e qualidade de vida, investindo na implementação de medidas tendentes à promoção do envelhecimento saudável, ao combate ao isolamento social a que estão expostas as pessoas idosas, assim como, à solidariedade

intergeracional. A partir do conhecimento da realidade local e da pertinência do trabalho em rede entre os diferentes atores ligados à área social dos idosos e que compõem o Grupo de Trabalho “Pessoas Idosas, Envelhecimento e Intergeracionalidade”, dar-se-á continuidade à dinamização do Grupo de Trabalho “Pessoas Idosas, Envelhecimento e Intergeracionalidade”. No que diz respeito ao Plano de Ação do Plano Gerontológico do Concelho de Peniche 2013-2017 e dos 4 objetivos estratégicos que o compõem, priorizar-se-ão: a Inserção social das pessoas idosas e a contribuição para um envelhecimento ativo e saudável, de acordo com os objetivos operativos e medidas cuja execução merecerá uma calendarização, monitorização e reflexão.

- *Rede Social* – No âmbito da Rede Social, estrutura de parceria institucional que é presidida pela Câmara Municipal e que tem por finalidade promover a confluência e a congregação de recursos institucionais e comunitários para o combate à pobreza e exclusão social, irão continuar os investimentos na dinamização do trabalho em parceria entre os vários atores sociais que estão envolvidos na intervenção social a nível local, de modo a promover a articulação, cooperação e complementaridade entre si e, deste modo, promover a rentabilização dos recursos e a eficácia das respostas tendentes à coesão social. A par da elaboração de instrumentos de planeamento de suporte ao trabalho em rede, o trabalho irá incidir ainda na dinamização das diversas estruturas da Rede Social, nomeadamente o Conselho Local de Ação Social, o Núcleo Executivo e os Grupos de Trabalho “Emprego, Formação e Empreendedorismo”, “Para a Distribuição de Bens Essenciais” e “Pessoas Idosas, Envelhecimento e Intergeracionalidade”. Sublinhe-se que estes Grupos de Trabalho configuram importantes instrumentos para a operacionalização de medidas em domínios de intervenção estratégica, de emergência social, ou para enfrentar os desafios e as necessidades colocados pelas consequências do contexto de crise económica e financeira que vive o país e pelo envelhecimento demográfico do Concelho. A nível local, permitem a concertação interinstitucional em matéria de:

- Identificação e caracterização das ofertas formativas;
- Adequação das ofertas às necessidades formativas;
- Monitorização do desemprego;
- Ligação ao mercado de trabalho/tecido empresarial;
- Prevenção e combate às situações de isolamento social, a que estão expostas, de modo particular, as pessoas idosas;
- Promoção do envelhecimento ativo e saudável, assim como promoção da solidariedade entre gerações, ao abrigo do Plano Gerontológico local;
- Promoção da eficácia e eficiência ao nível da rede local de resposta às situações de emergência social, como sejam as de ajuda alimentar, as de distribuição de roupa ou aquelas que tenham por objetivo a distribuição de outros bens essenciais.

Para o Município de Peniche, a Rede Social, enquanto medida de política social, reveste-se de um sentido estratégico, na medida em que configura um espaço interinstitucional e intersectorial de partilha de informação, de produção de conhecimento, de debate e de reflexão, que é essencial para o planeamento e implementação de ações sustentadas e



sustentáveis, em prol de uma melhor cobertura concelhia das respostas sociais, bem como da promoção da coesão e do desenvolvimento social a nível local.

### **Política Social de Habitação**

Uma das medidas estruturantes assumidas pelo Município de Peniche passa pelo princípio de que o acesso à habitação é uma condição fundamental para a promoção da integração plena, da qualidade de vida, do bem-estar e da participação social ativa das famílias e dos indivíduos em situação de desfavorecimento social.

Porém, considera-se que a habitação por si só é insuficiente para o desenvolvimento do sistema familiar e comunitário, devendo ser complementado com uma gestão social dos bairros na base de um trabalho de proximidade, através de uma intervenção integrada nas várias áreas tais como a educação, a formação, o emprego, a saúde, a cultura, o lazer, incentivando uma cultura de empreendedorismo, em parceria com os vários setores da comunidade, designadamente:

- Recolha de dados e atualização sistemática da informação de caracterização das famílias realojadas e com pedido de habitação social, constante da aplicação informática de gestão de habitação e rendas;
- Atendimento/acompanhamento em contexto de visita domiciliária ao indivíduo/ família residente nos Bairros Sociais Camarários;
- Atendimento regular aos munícipes com vista à abertura e/ou instrução do processo de pedido de habitação social e gestão do ficheiro de procura;
- Atendimento/acompanhamento das famílias em articulação com diversos parceiros, encaminhamento de casos, de acordo com os problemas sociais identificados, quer das famílias realojadas, quer das que têm pedido de habitação;
- Monitorização do pagamento mensal de rendas e dos planos de amortização de pagamento de rendas em atraso;
- Mobilização comunitária para a participação e a corresponsabilização dos moradores na manutenção do edificado, nas regras de co-habitação e na gestão dos espaços comuns;

Em complementaridade a estas ações, irá intervir-se na dimensão física das habitações sociais, no sentido da realização de obras de manutenção no interior dos fogos e da reabilitação externa do edificado e das áreas envolventes.

### **Apoio ao arrendamento Jovem**

No âmbito do Protocolo estabelecido com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), a Câmara Municipal dará continuidade ao apoio prestado na elaboração de candidaturas ao Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem, Porta 65 - Jovem, nas diferentes fases de candidatura que decorrem durante o ano, aos jovens interessados em beneficiar

desta medida que manifestem dificuldades de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação.

Para além do apoio prestado aquando da elaboração das respetivas candidaturas durante os períodos definidos, serão assegurados atendimentos para esclarecer eventuais dúvidas dos candidatos, bem como, para prestar esclarecimentos solicitados pelo IHRU às candidaturas submetidas que se encontrem em fase de análise.

### Saúde

Considerando que o bem-estar e a qualidade de vida da população do concelho dependem do seu nível de saúde, a saúde não pode deixar de constar das preocupações da Câmara Municipal. Neste sentido, há um conjunto de ações que se propõem para 2014, com o propósito de contribuir para a promoção da saúde a nível local:

- Dinamização do Conselho da Comunidade da área de abrangência do ACES ON, por ter a presidência deste órgão;
- Acompanhamento do dossier relativo ao Hospital de Peniche;
- Acompanhamento da constituição da UCC, da USF, das Unidades Personalizadas – Levantamento das necessidades de cuidados de saúde;
- Articulação com os serviços de saúde locais na dinamização de projetos para a promoção da saúde, nomeadamente no âmbito de Hábitos de vida Saudáveis, ambientes saudáveis, obesidade e alcoolismo, através da Comemoração de dias;
- Apoio na dinamização da Feira da Saúde.

### Política Municipal para a Juventude

Reconhecendo a importância do lugar e do papel dos jovens na sociedade atual e futura, o Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Peniche irá continuar a disponibilizar incentivos aos jovens para a participação social e o empreendedorismo, apoiando as iniciativas das associações juvenis.

Será dado continuidade às seguintes atividades:

- Acompanhamento das associações juvenis concelhias, bem como das suas atividades;
- Acolhimento/intervenção/acompanhamento dos jovens no sentido de apoiar as suas iniciativas,
- Realização da Semana da Juventude.

## Política Municipal para o Associativismo

Reconhecendo que o associativismo local constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento do concelho, que contribui para a coesão social, identidade local e qualidade de vida da população, a Câmara Municipal de Peniche irá continuar a investir na consolidação do tecido associativo, através do aprofundamento do conhecimento do mesmo, do apoio às atividades, da divulgação das iniciativas, do apoio na elaboração de instrumentos de planeamento e, ainda, na promoção do trabalho em rede.

## | Estratégia municipal para o mar ...Peniche, sempre o mar...

---

A liderança e dinamismo do concelho de Peniche é amplamente reconhecida no que diz respeito à concretização objetiva de ações em torno do Mar nos mais diversos domínios: ambiente e desenvolvimento sustentável, tradição, modernidade, cultura, educação, inovação e tecnologia, não esquecendo a sua principal atividade económica – a Pesca.

Para além da tradição ao nível da pesca, as ondas e o *surfing* (*surf*, *bodyboard* e outros desportos de deslize de ondas) assumem, cada vez mais, um papel fulcral na promoção e desenvolvimento local, conferindo igualmente uma forte imagem de modernidade. Este fator distintivo do concelho de Peniche é encarado como uma oportunidade efetiva para o seu desenvolvimento sustentável tanto no presente como no médio e longo prazo.

A fórmula de sucesso para o desenvolvimento sustentável dos territórios deverá assentar, primordialmente, na exploração dos seus recursos endógenos e diferenciadores, os quais não sejam passíveis de ser reproduzidos noutros locais, quer seja por inexistência da matéria-prima ou de massa crítica que a possa valorizar enquanto produto.

À exclusividade e limitação do recurso, deverá estar igualmente associado um potencial intrínseco passível de gerar atratividade, notoriedade, dinamismo e desenvolvimento económico. Neste contexto, a nível nacional identificamos facilmente o potencial do recurso Mar, e ao nível do concelho de Peniche as Ondas. As ondas existem em Peniche e as suas características não são passíveis de serem replicadas noutros locais nacionais ou internacionais.

No âmbito do seu plano estratégico de desenvolvimento – Magna Carta Peniche 2025, o Município de Peniche identificou, no conjunto das ações prioritárias, a construção do Centro de Alto Rendimento de Surf (CAR Surf) e a realização de um evento de elevada projeção mediática nacional e internacional – Rip Curl Pro Portugal. Com a conclusão do processo de construção do Centro de Alto Rendimento de Surf, a definição do seu modelo de gestão assim como a sua efetiva exploração e gestão correntes, ambas em conjunto com a Federação Portuguesa de Surf e com o Instituto Português da Juventude e Desporto, são uma prioridade que subsiste já de anos anteriores, por responsabilidade da tutela. A realização em Peniche da

etapa do campeonato do mundo de surf, Rip Curl Pro Portugal, manter-se-á nas Grandes Opções do Plano para 2014, tal como vem acontecendo nos anos transatos.

A marca “Peniche – Capital da Onda”, assumida pelo município por forma a constituir um fator distintivo do seu território associa simultaneamente duas dimensões, desportos de ondas e energia das ondas. Esta designação pretende sobretudo afirmar Peniche no contexto nacional e internacional legitimamente sustentada nas suas características naturais, potencialidades e oportunidades.

Ao nível da energia das ondas, foi instalado, em Agosto de 2012, na praia da Almagreira, o protótipo da versão pré-comercial da tecnologia *Waveroller*, com uma potência de 300kw, dando início a uma nova era do aproveitamento energético de um dos nossos maiores recursos. De referir que o projeto SURGE (*Simple Underwater Renewable Generation of Electricity* – produção de energia renovável debaixo de água), envolve um investimento de cinco milhões de euros, dos quais três milhões são financiados pela Comissão Europeia, após aprovação no âmbito do Sétimo Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento. O projeto SURGE consiste num consórcio europeu do qual fazem parte, entre outros, o Município de Peniche, os Estaleiros Navais de Peniche e o Grupo Lena. O projeto consiste na otimização da tecnologia *Waveroller*, desde a conceção e construção da versão pré-comercial à monitorização dos dados obtidos na produção de energia. O papel do Município nesta candidatura é apoiar a disseminação e a promoção desta tecnologia, funcionando ainda como *stakeholder* local e agente facilitador junto do Estado Português, das populações e das empresas e fornecedores locais que possam influenciar diretamente o sucesso do projeto. O parceiro-líder deste consórcio internacional é a empresa finlandesa AW-Energy, a qual tem vindo a desenvolver e a testar a sua tecnologia no concelho de Peniche desde 2007. Este projeto encontra-se em fase de encerramento, sendo previsível a apresentação de uma nova candidatura a fundos comunitários, tendo em vista a produção da primeira versão comercial da tecnologia *Waveroller*.

O Município de Peniche adotou a nível local a Estratégia Nacional para o Mar, criada em Agosto de 2005 pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 128, como documento orientador da sua abordagem ao Mar. A concretização desse documento estratégico a nível Municipal foi elogiada publicamente pelo Senhor Presidente da República aquando da sua visita a Peniche, em maio de 2010, no âmbito da 3ª Jornada do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras, tendo reconhecido publicamente o dinamismo e o esforço do Município de Peniche na concretização de um conjunto significativo de ações que se traduzem na implementação de uma verdadeira Estratégia para o Mar.

A nível Nacional, o Município de Peniche integra a direção da Oceano XXI – Associação para o Conhecimento e Economia do Mar, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, que tem por principal objetivo dinamizar o Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar, promovendo o desenvolvimento de relações de cooperação entre instituições do sector científico, empresas e entidades associativas dos diferentes sectores e atividades, cuja área funcional de procura final é o Mar.

A atribuição da nomeação das Berlengas como Reserva da Biosfera da UNESCO, a 3 de junho de 2011, foi de extrema importância para o Município de Peniche, principalmente porque é um justo reconhecimento da mais-valia em termos de património natural do arquipélago das Berlengas, baseado em parâmetros concretos definidos pela UNESCO.

O reconhecimento das Berlengas como Reserva da Biosfera atesta igualmente a sua importância ao nível da investigação científica para a qual a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (Instituto Politécnico de Leiria) tem contribuído com um conjunto significativo de projetos de investigação e de voluntariado para o ambiente. Este galardão da UNESCO aumenta as responsabilidades de todos aqueles que, de algum modo, possuem competências ao nível da gestão e do usufruto deste território singular, uma vez que vem reforçar a necessidade do desenvolvimento de ações concretas para a promoção e para o desenvolvimento sustentável das Berlengas.

Na sequência da criação do Grupo de Ação Costeira do Oeste, com sede em Peniche e liderado pela ADEPE, o Município continuará a dar todo o apoio necessário, incluindo a sua participação enquanto parceiro ativo na sua gestão, de modo a que o Grupo de Ação Costeira possa ter continuidade com o co-financiamento do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP) para 2014-2020.

Em conjunto com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, pretendemos vir a elaborar um projeto educativo em torno do mar de modo a re-educar a comunidade escolar para a importância do mar nas mais diversas áreas.

Em termos internacionais, estaremos atentos às oportunidades que possam surgir no âmbito do programa Horizonte 2020 e que se integrem no Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica, definido pela União Europeia, por forma a atingir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

A recém aprovada revisão da Estratégia Nacional para o Mar no passado dia 16 de novembro de 2013, consituirá igualmente uma oportunidade para a dinamização de ações e projetos, assim como para a obtenção de recursos financeiros importantes para a sua concretização.

Na área do Mar o Município tem como objetivo continuar a aprofundar a relação de estreita colaboração que mantém com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (Peniche) do Instituto Politécnico de Leiria, envolvendo a dinamização de projetos com forte impacto no desenvolvimento local e regional no âmbito do Turismo e dos Recursos Marinhos. Tal como se encontrava previsto, o Instituto Politécnico de Leiria procedeu, em 2013, à consignação da empreitada de construção do edifício que albergará as atividades de investigação científica aplicada aos recursos marinhos – CeteMares. Localizado dentro da área portuária, este é um projeto que assume uma elevada importância para o concelho de Peniche, colocando-o numa posição de destaque para o surgimento de novas atividades económicas relacionadas com o aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. O projeto CeteMares foi, desde a primeira hora apoiado pelo Município de Peniche, enquadrado na sua estratégia de desenvolvimento local – Magna Carta Peniche 2025 -, e pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. Trata-se de um investimento que ronda os 3 milhões de euros, sendo co-financiado pelo QREN.